===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E DEZOITO:**=====

===== Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, no **Salão Ângelo Azevedo, da Junta de Freguesia de S. Roque**, reuniu, em **Sessão Ordinária**, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Helena Maria Dinis dos Santos**, secretariada por **Manuel José Tavares Soares – Primeiro Secretário e Maria Isabel Santos Barbosa – Segunda Secretária**, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ==

- 1- **1º Período de intervenção do Público** =====
- 2- **Informações gerais** =====
- 3- **Período de Antes da Ordem do Dia** =====
- 4- **Período da Ordem do Dia** =====
- 5- **2º Período de intervenção do Público** =====

Pontos da Ordem do Dia:

===== **Ponto um:** Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 28 de abril de 2018; =====

===== **Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município; =====

===== **Ponto três:** Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – Aprovação; =====

===== **Ponto quatro:** Renovação do Protocolo de subdelegação de competências das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) celebrados com os Agrupamentos de Escolas – Aprovação; =====

===== **Ponto cinco:** Redução de velocidade na Rua Centro Social – Macinhata da Seixa – Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** Sinalização Horizontal de Proibição de Estacionamento, Rua da Pedra Verde e na Rua Ferreira de Castro – Macieira de Sarnes – Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** Alteração de sentido da Rua General Humberto Delgado, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** Desafetação de domínio público na Rua da Vidigueira, freguesia de Loureiro – Alteração do Alvará nº 11/94 – Retificação de deliberação – Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** Delimitação da Área de Reabilitação do Centro Vidreiro – Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** Normas/Diretrizes e Procedimentos para Atribuição de Apoios ao Desporto – Aprovação; =====

===== **Ponto onze:** Minuta de Memorando de Entendimento com a Província de Wuhan (China) – Ratificação; =====

===== **Ponto doze:** Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis – Término de Contrato – Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação Financeira a celebrar com a Freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

=====**Ponto catorze:** *Minuta de Protocolo de Colaboração com a Autoridade Tributária – Direção de Finanças de Aveiro – Aprovação;* =====

=====**Ponto quinze:** *Prestação de Serviços de Transportes Escolares em Carreiras Públicas para o Ano Letivo 2018/2019 (Procº60/2018-PI/3206/2018) – Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico – Autorização;* =====

=====**Ponto dezasseis:** *Prestação de Serviços de Impressão/Cópias e Assistência Técnica de Fotocopiadores/Multifunções – Procº61/2018 – Repartição de encargos orçamentais - Autorização;* =====

=====**Ponto dezassete:** *Prestação de Serviços de Fornecimento de Refeições e Fornecimento de Fruta para Alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho (Procº 59/2018) – Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico – Autorização;* =====

=====**Ponto dezoito:** *ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais – Autorização de Adesão e assunção de compromissos plurianuais;* =====

=====**Ponto dezanove:** *Designação de representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES EDVII (Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte);* =====

=====**Ponto vinte:** *Designação de cinco cidadãos/ãs do Município de Oliveira de Azeméis para o Conselho Municipal de Segurança;* =====

=====**Ponto vinte e um:** *Proposta – Assembleia Municipal Jovem de Oliveira de Azeméis;* =====

=====**Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====
 ===== **Do Partido Socialista (PS):** *Bruno Armando Aragão Henriques, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Bruno Miguel da Silva Costa, José Ramos da Silva, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, Simão da Costa Godinho, Bernardo Amaro Moreira Simões, António Marques Silva, Óscar José Santos Teixeira e Manuel Alberto Marques Dias Pereira;* =====

=====**Do Partido Social Democrata (PSD):** *Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, João Pedro Queirós Xará, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, José Filipe da Silva Carvalho, António Ilídio Martins Godinho, Bruno Moreira Rodrigues, José da Silva Queirós, Sílvia Susana Rodrigues, Florbela Neves da Silva e Manuel Rebelo da Costa.* =====

=====**Do Partido Popular (CDS/PP):** *Jorge Paulo de Melo Pereira, Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes.* =====

=====**Independente:** *Augusto Moreira da Silva.* =====

=====*A Senhora Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: José Ramos Silva que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega*

de Partido, José Manuel Marques Ribeiro; João Pedro Queirós Xará que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Partido, Helga Alexandra Freire Correia; Sílvia Susana Rodrigues que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido, José Rodrigues Santos, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. ==
 ===== **Ausência dos Membros:** Rosa Maria de Castro Rodrigues (PS), Márcia Oliveira Gomes (PS) e Célia Maria Fernandes Sá (PSD).=====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====

===== “Bom dia a todos! Quero cumprimentar-vos na pessoa do Senhor Presidente da Junta, Amaro Simões, que nos recebe neste auditório, no dia em que se comemora o 29.º aniversário da elevação de S. Roque a Vila. Começava por passar a palavra ao Senhor Presidente Amaro Simões.” =====

===== “Bom dia! Penso que já tive oportunidade de vos cumprimentar a todos, pessoalmente... Um cumprimento muito especial à Senhora Presidente da Assembleia, aos Senhores Secretários; Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, é uma honra ter-vos aqui. Caros Colegas Presidentes de Junta e Deputados, Público, Comunicação Social e Técnicos, sejam bem-vindos a S. Roque. No âmbito do projeto de descentralização da Assembleia Municipal é a oportunidade de vos falar um bocadinho de S. Roque. Dizer-vos, que a freguesia de São Roque estende-se por uma área de cerca de 7,1km². A maior parte desta área é de planície e muito rica em água. Os rios que a limitam são: a norte e poente, a Ribeira do Pintor e Ul; a sul, passa o Antuã. Ao centro corre a Ribeira Verde/Rio Cercal. Dista cerca de 40km das cidades de Aveiro (sede de distrito) e do Porto (sede da Área Metropolitana). Confina a Norte com São João da Madeira e Macieira de Sarnes, a poente com Santiago de Riba-Ul e Cucujães, a nascente com Pindelo e Nogueira do Cravo, e, a sul, com Oliveira de Azeméis. É composta por sete lugares: Vilã Chã, Bustelo, Lomba, Gândara, Samil, Costa Má e Covo e tem como principais acessos: EN 227 e 227/1 e 224; EM 544 e 544/1; Via do Nordeste e Estrada Cercal. As primeiras referências a esta povoação são do ano 922. Foi elevada a Vila a 30 de junho de 1989 e encontrando-se geminada com Sourzac, município de Mussidan (França), desde 18 de junho de 1999. No âmbito do desenvolvimento social e económico e dado o seu enquadramento histórico, a sua especificidade sociológica, a freguesia desenvolveu-se assimetricamente. Existe uma centralidade em Bustelo com avançada implantação de equipamentos sociais, de forte dimensão empresarial e vivência operária – a sede do sindicato dos operários vidreiros é uma marca, um símbolo a preservar; a origem do Sporting Clube de Bustelo, há quase 100 anos, é singular e um caso de estudo. Por outro lado, no resto da freguesia mantinha-se uma dispersão rural, minifundiária, de que já quase nada resta. Foi sendo substituída por uma disseminação de oficinas e microempresas de produção de calçado, que, após um período dourado de sucesso (por ironia denominavam-nos Andorra de Portugal), se debatem ainda com enormes dificuldades de sobrevivência, sendo que as que pareciam mais sólidas e robustas, foram deslocalizadas ou simplesmente as primeiras a desaparecer. Se em

1977 existiam 111 empresas (75 indústrias e 36 lojas comerciais), em 2000 passaram a 270 e 3500 trabalhadores. Em 2010, registavam-se 366 empresas e 2284 trabalhadores. Em 2015, constatámos a existência de 256 empresas e 2325 trabalhadores. Em 15 anos, perdemos cerca de 1200 trabalhadores, 33,5%. Está lançado o alerta e o desafio: Ou muito rapidamente se criam condições e uma dinâmica empreendedora para a inovação e diversificação do nosso tecido empresarial que inverta esta tendência, ou temos o futuro de São Roque ameaçado. Contamos com a dinâmica da “nova” Câmara Municipal para uma nova era de desenvolvimento sustentado e vencer este desafio. Em relação às escolas e ao ensino, a freguesia, hoje, está dotada, com bons, eficientes e modernos equipamentos escolares. Em 2001 foi inaugurada a Escola Básica 2,3 e em 2011, o Centro Escolar. A celebrar o seu 50.º aniversário, resiste a Escola Básica de Bustelo, recentemente, enriquecida com Jardim de Infância. Registe-se que a primeira escola primária nasceu em 1881 só para rapazes. Somente em 1915, 34 anos depois, viria a nascer a primeira escola só para raparigas. Valores paisagísticos e ambientais: Existe a Quinta do Covo, composta por uma grande casa de habitação senhorial com capela primitiva, terrenos agrícolas e vasta mata. Apresenta-se como uma imensa reserva cultural e ambiental. Um espaço pedagógico e lúdico. Era assim no tempo dos seus fundadores, proprietários benfeitores – a família Castro Lemos. Esperamos que assim possa continuar a ser, e que perdure a prestar valiosos serviços à comunidade. Nesta quinta, há cinco séculos, no período áureo das descobertas, nasceu a primeira fábrica de vidro de Portugal. Diz o cronista Pinho Leal: “Não achei dados que certifiquem a sua fundação, apenas consta que já existia em 1484”. De acordo com outras fontes, terá iniciado a sua laboração em 1520 e terminado em 1924. Aqui, Eça de Queirós se terá inspirado para escrever alguns dos seus livros: A Capital e a Ilustre Casa de Ramires, acrescentando-lhe maior notoriedade. Os rios Ul, Antuã e Cercal, após limpeza e reabilitação das suas margens, potenciam paisagens deslumbrantes, propícias a gozar horas de recreio e lazer. Em 2013, a freguesia foi dotada de um Parque Intergerações, munido de equipamentos para infância, juventude e terceira idade. No mesmo ano, no lugar de Bustelo instalou-se um Parque/Jardim anexo à zona desportiva, muito apreciado e valorizado pelos seus visitantes. Em 1999 deu-se início às obras de saneamento que atingiu cerca de 50% da freguesia, no entanto só a menos de 10% foi dado tratamento. Neste momento, estamos em vias de ver toda a rede instalada a beneficiar de ligação à ETAR. Trata-se de um grande avanço num só ano. Perguntam-nos “para quando os restantes 50% da freguesia”? Esta é a mensagem que tinha para vos dar. No âmbito das comemorações e da descentralização da Assembleia, estão todos convidados para almoçar numa associação municipal com sede em S. Roque – A Confraria das Papas de S. Miguel. Gostava que apreciassem a dinâmica e o zelo que as pessoas têm pelo espaço que lhes foi atribuído. Seguidamente, e no período da tarde, quem puder, tinha muito gosto que estivessem presentes na partilha do bolo e no descerramento de uma pequena placa comemorativa do 29.º aniversário da Vila de S. Roque. Obrigado.”

== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Sobre as informações gerais, queria dizer-vos que tomamos a iniciativa de colocar música no início e fim das sessões. As músicas que hoje aqui passam são La Virgen de la Macarena, Mestre Américo Nunes e Saudades, da Banda de Música do Pinheiro da Bemposta, a quem desde já agradeço as ter disponibilizado para nos “alimentar a alma” nestas sessões e assim também divulgar o seu trabalho. Fizeram-me chegar um voto de louvor apresentado por todos os grupos municipais e que passo a citar: “Os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis propõem a aprovação de um voto de louvor à União Desportiva Oliveirense e à sua equipa de Basquetebol pela conquista do título de campeã nacional da modalidade. A conquista do campeonato nacional é certamente o resultado da entrega dos seus jogadores, do empenho dos seus treinadores, do esforço de todo o pessoal técnico e estruturas dirigentes e do apoio fervoroso dos oliveirenses. Oliveira de Azeméis projeta, com esta conquista, uma imagem de competitividade e sucesso nacional.” =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o Voto de Louvor, o qual foi aprovado por unanimidade. =====

===== No seguimento da sua intervenção, informou: “Temos também um Voto de Pesar que passo a citar: “Os membros da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Flávio Laranjeira, primeiro Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis no período democrático que, após uma longa ditadura, entregou aos munícipes um verdadeiro mandato de descentralização e poder local. A presidência da Câmara Municipal num momento politicamente exigente foi, em Oliveira de Azeméis, uma experiência muito positiva que deve parte dos seus créditos ao Dr. Flávio Laranjeira. Foi também essa liderança que permitiu que, em Oliveira de Azeméis, as primeiras eleições autárquicas de 1976 tenham decorrido com naturalidade e urbanidade. Num momento sempre difícil, endereçamos à sua família sentidas condolências.” =====

===== Posto a votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade. =====

===== A Assembleia Municipal fez um minuto de silêncio. =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** finalizou a sua intervenção, informando que: “Tenho mais uma informação para vos transmitir, e que diz respeito a um pedido/recomendação da parte do **Deputado Nuno Jesus** à Câmara Municipal, a qual respondeu agradecendo as sugestões do Senhor Deputado e comunicar que irão dar resolução à situação, que se prende com a recolha de lixo.” =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”, concedendo o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, Augusto Moreira**. =====

=====
“Bom dia a todos. Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Comunicação Social e Público aqui presente. Em primeiro lugar queria aqui prestar homenagem ao Futebol Clube Cesarense (FCC), por mais uma realização do Mundialito, Cesar 2018, a sua quarta edição. O maior evento desportivo do distrito de Aveiro com a participação de quase uma centena de equipas, oriundas de quatro países e dois continentes, envolvendo dois mil atletas, onde cerca de vinte mil pessoas passaram por Cesar e Oliveira de Azeméis nos passados dias 21, 22, 23 e 24. A Junta de Freguesia de Cesar queria agradecer à direção do FCC, aos voluntários que deram tudo para que este evento fosse o sucesso que foi e aos patrocinadores privados. À Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, por tornar possível esta grande realização, bem hajam. O segundo assunto que aqui quero referir diz respeito ao Posto da GNR de Cesar. As notícias que vão circulando não auguram nada de bom no que diz respeito ao futuro do Posto. Sabemos agora que a intenção do Comando da GNR é mesmo fechá-lo. Há cerca de um mês a Junta de Freguesia de Cesar foi sondada no sentido de disponibilizar uma sala na Junta de Freguesia para ter um militar da GNR a fazer atendimento ao público. A Junta de Freguesia não está, nem estará disponível para apoiar qualquer ação que tenha em vista o encerramento do posto local, e nesse sentido, disse não e que iria lutar com todo o empenho para que esta intenção de fechar o posto da GNR não fosse avante. Em fevereiro de 2017, os Presidentes de Junta e Presidentes das Câmaras Municipais da área de intervenção do posto da GNR apresentaram uma exposição à Senhora Secretária de Estado, Dr.ª Isabel Oneto, sobre a importância do posto da GNR de Cesar para as populações da sua área de intervenção. O posto da GNR de Cesar, segundo informação da própria GNR, é o pior posto do país em termos de condições físicas, facto comprovado pela Senhora Secretária de Estado aquando da sua visita ao mesmo. A Junta de Freguesia de Cesar, ao longo dos últimos anos, tem gasto milhares de euros em pequenas manutenções de forma a dotar o edifício do mínimo de condições de higiene e segurança. Foram reparações no telhado, wc, quadros elétricos, portas e janelas, etc. Sempre que há uma necessidade o Senhor Comandante de Cesar pede ao comando e, pode esperar sentado porque, tarde ou nunca o seu pedido é satisfeito. Lembro-me das três últimas intervenções, casa de banho, duas portas e janelas exteriores que caíram e o quadro elétrico que queimou, deixando cerca de 50% do edifício sem energia elétrica. Para qualquer destas reparações o prazo de intervenção era estimado em cerca de três meses e não era certo que os pedidos fossem atendidos. A Junta de Freguesia de Cesar, a pedido do comandante local de imediato procedeu à resolução destes problemas. Não queremos dar nenhum motivo ou pretexto para que o posto encerre. Em nosso entender este tipo de atuação por parte do comando tem um único objetivo, justificar o encerramento deste posto. A área de intervenção da GNR de Cesar é de cerca de 85km² com uma população residente de cerca de dezanove mil habitantes. Cinco freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis: Carregosa, Cesar, Fajões, Macieira de Sarnes, Nogueira do Cravo e três do concelho de Arouca: Escariz, Fermedo e São Miguel do Mato. A

este território junta-se o nó rodoviário da A3, a EN 327 que é da responsabilidade da Brigada de São João da Madeira, mas na realidade este serviço é feito por Cesar. As freguesias do concelho vizinho da Feira, Milheirós de Poiares e Romariz, na maioria dos casos são também apoiadas por Cesar, já que os postos desse concelho mais próximos ficam a pelo menos 15km de distância. Acresce, e felizmente para o Nordeste, o grande movimento de tráfego e pessoas na zona industrial do nordeste de Carregosa, Cesar, Fajões e também Nogueira do Cravo, que no caso de Cesar causa grandes filas de trânsito às horas de ponta e por conseguinte também muitos acidentes. De referir que a GNR de Cesar registou em 2017, 250 acidentes rodoviários e 350 crimes. São números que falam por si no que diz respeito à importância deste posto. A atividade noturna dos jovens se é um problema por escassez de oferta na sede do concelho, em Cesar essa oferta é muita, tornando-se num dos maiores centros de vida noturna, principalmente aos fins de semana, com jovens oriundos de Oliveira de Azeméis e concelhos limítrofes. Ora, esta situação que atrai milhares de jovens ao fim de semana a Cesar, acarreta problemas acrescidos em que a ação preventiva da GNR é um elemento dissuasor. Se o posto da GNR fechar, com a distância mínima ao posto mais próximo, cerca de 10km e o de Arouca a 30km, podem ficar cientes que a ação preventiva por parte da GNR, nunca vai acontecer e o tempo de resposta que agora é cerca de cinco minutos às freguesias de Arouca, esqueçam... pois sempre que lá virem um GNR, podem fazer uma festa que não gastam muito dinheiro. É com preocupação que eu, como autarca duma das freguesias do Nordeste, vejo que tudo que é serviço do Estado e pelo qual pagamos com os nossos impostos, vai desaparecendo. Foi assim com o serviço de Finanças de Nogueira do Cravo, com o balcão de atendimento da Segurança Social de Cesar, e agora com o balcão da Caixa Geral de Depósitos, em Nogueira do Cravo. Face ao exposto, queria pedir a todos: Assembleia Municipal, o Executivo Municipal e Comunicação Social, que nos ajudem nesta luta, pois a população e o território que a GNR de Cesar serve necessita deste serviço de proximidade e ação preventiva. Para terminar, queria convidar todos a visitarem Cesar e as suas festas grandes durante este fim de semana. Obrigado a todos.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====

=====
 ===== “Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhor Colaboradores Municipais, Senhoras e Senhores Membros da Comunicação Social, Oliveirenses: Permitam-me que me dirija em primeiro lugar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, nosso ilustre anfitrião de hoje, e que na sua pessoa, cumprimente os Sãoroquenses, povo laborioso que nos últimos anos tem feito desta vila uma das mais progressivas do concelho oliveirense. Estas não são palavras simpáticas de circunstância, mas digo-o com convicção pelo que conheço desta terra. De pequena aldeia de província de outros tempos, entretida entre os labores do amanhã da terra e o secular fabrico do vidro nos seus limites a sul, no século XX, cresceu e urbanizou-se muito à custa da indústria do calçado de

reduzidas dimensões que aqui floresceu e criou emprego e riqueza. Nos primeiros censos do século XXI já tinha ultrapassado os 5000 habitantes, o que lhe valeu, a par do desenvolvimento económico e social, a atribuição do título de vila. Os poderes públicos, sejam eles do Estado Central ou do Município, têm sabido reconhecer e acompanhar este surto de progresso com a dotação de infraestruturas a uma escala difícil de alcançar por muitas outras terras do mesmo nível. Vejamos que nas últimas décadas, São Roque construiu uma unidade de saúde, um centro de dia e lar de idosos, um centro infantil, uma escola de nível básico (agora com ensino secundário), um centro cultural (onde nos encontramos), a sede da Associação Columbófila do Distrito de Aveiro que é o que há de melhor e maior na modalidade a nível do país e mais do que isso, beneficiou equipamentos desportivos incluindo a construção de polidesportivos, relvado sintético em Bustelo e relvado natural no centro da vila. Construiu sedes para várias coletividades, resolveu uma parte significativa das suas infraestruturas básicas, criou novas vias e melhorou a sua rede de estradas. Foi graças a tanto investimento que São Roque, particularmente nos últimos vinte anos, se transformou. Caro Presidente Amaro Simões, tenho que lhe dar os parabéns pela progressiva terra a que preside e na sua pessoa aos vários Presidentes da Junta que por cá passaram após o 25 de abril de 1974, lembrando entre outros o benemérito que foi o Professor Alfredo Rebelo. A si tenho que reconhecer a grande capacidade para atrair investimentos ou mormente da Câmara Municipal, principal aliado das duas últimas décadas. Num cálculo aligeirado que passo a elencar apenas nas maiores verbas consigo vislumbrar mais de oito milhões de euros de investimento municipal. A saber, em números arredondados: 1.ª fase da rede de água e saneamento – 3 062 000,00€; Centro Escolar de São Roque – 1 451 000,00€; Via de ligação de Oliveira de Azeméis/São Roque – 784 000,00€; Centro Cultural de São Roque – 674 000,00€; Reparação de ruas com água e saneamento – 548 000,00€; Centro Infantil de São Roque – 335 000,00€; Relvado sintético e obras no campo de Bustelo – 225 000,00€; Terrenos para construção da escola – 180 000,00€. Se a estes valores juntarmos todos as verbas inferiores a 100 mil euros, as participações a várias instituições para obras, os protocolos de transferências de competências e apenas o que diz respeito a despesas de capital e isto, é investimento, então os valores ultrapassam os 10 milhões de euros. Dir-me-ão que uma parte são fundos comunitários. É verdade, mas aplicados – e muito bem – pela Câmara Municipal em São Roque. Se o não fossem nesta terra, estariam a resolver necessidades em outro lado e os jovens de São Roque não teriam umas instalações escolares modelares. Não estaríamos aqui tão bem instalados, não teríamos umas estradas em tão boas condições para cá chegarmos, nem a população Sãoroquense iria dispor da rede de abastecimento de água e do saneamento que está a ser ligada ao emissário. Por falar em infraestruturas básicas, usando apenas aquilo que sei, sem recorrer a qualquer fonte, quero recordar alguns números a quem anda a apregoar que as Câmaras do PSD não fizeram nada a esse nível: Entre 2002 e 2009, em São Roque, a cobertura da rede de abastecimento de água passou de 38% para 82% representando um crescimento na ordem dos 116% nesses sete anos. Já o saneamento, em igual período, teve um crescimento de 30% no concelho, ficando a

cobertura de São Roque nos 49,6%. Satisfeitos com isso? Não, de maneira nenhuma. Satisfeitos ficaremos se nos próximos sete anos se fizer outro tanto. Isso significava para São Roque uma cobertura a 100% na água e a mais de 70% no saneamento. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, São Roque fez todo este caminho de progresso mas não é tudo. As populações são exigentes e os autarcas ambiciosos. A vila precisa de uma zona industrial na Costa Má à altura dos anseios de muitos empresários que demandam outras paragens. A ENESSE carece de um recinto coberto para a prática do basquetebol dos seus jovens atletas, o Grupo Desportivo de São Roque aspira por um relvado sintético que complemente o Campo do Calvário. Podíamos continuar por aí adiante... O mesmo podemos dizer do concelho no seu todo: há trabalho feito, mas há sempre mais por fazer, e o autarca é todos os dias confrontado com necessidades que se acrescentam às que vêm de trás. Governar um município é muito mais do que discutir os seus problemas, ser oposição a esses problemas, porque os problemas não carecem de oposição, mas de resolução. Tenho dito.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado João Costa, do PS. =====

===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Começo desde já por cumprimentar todos os presentes na sua pessoa, e também em particular todos os Sãooroquenses que hoje vivem um dia de celebração. Posto isto, o tema que vou abordar são os transportes escolares e os transportes urbanos, um tema de particular relevância no nosso município. Relativamente aos transportes escolares gostaria de abordar um conjunto de indicações da comunidade educativa oliveirense, devido ao fraco serviço prestado nesta área. Desde os autocarros obsoletos, à falta de paragens de autocarros, até aos horários desadequados em que por exemplo, temos um conjunto de jovens que chega uma hora mais cedo à escola e que, muitas vezes, tem que sair mais cedo das aulas para poderem apanhar o último autocarro. Por último, mas não menos relevante, gostaria de referir que existem muitos jovens no nosso concelho que pagam por este serviço dezenas de euros mensalmente, e tanto quanto sei, existe um conjunto de municípios dentro da Área Metropolitana do Porto, que é responsável pela área da mobilidade, que já avançou para a gratuidade dos mesmos a todos os alunos nos seus concelhos... Visto que o Estado está a dar passos progressivos para tornar o ensino tendencialmente gratuito, acho que o município devia fazer este esforço financeiro para com estes jovens que pagam por transporte escolar. Relativamente aos transportes urbanos, o TUAZ, a alteração da tarifa para um euro que iremos ainda abordar num ponto da nossa ordem de trabalhos e que já devia ter acontecido desde 2013, vem aumentar consideravelmente o preço. Julgo que não é questionável visto que é o que está no nosso contrato. Contudo passamos a ter uma taxa única sem qualquer tipo de discriminação positiva para seniores e para estudantes como havia até então. Mas a reivindicação mais relevante, na minha opinião, e a sugestão que gostava de fazer ao executivo, é a criação de um passe mensal ou um cartão com dez ou vinte viagens, para que os utilizadores recorrentes deste serviço possam ter algum benefício. Se fizermos os cálculos, por exemplo, para um jovem que estude no Polo Universitário da Universidade de Aveiro se tiver que fazer

esta viagem regularmente, cinco dias por semana, no fim de um mês pagará cerca de 40€. Julgo ser um valor elevado para um jovem estudante universitário. Não é assim que conseguimos dar boas condições aos estudantes, ou até ter as residências universitárias no centro da cidade. Reconheço também que as dificuldades negociais com a concessionária são muitas, visto que estamos perante um mercado um pouco fechado onde temos poucas empresas de transportes... Contudo, outros municípios da Área Metropolitana têm este passe gratuito e a ambição que eu coloco a este executivo do Partido Socialista, é que consiga concretizar e resolver este conjunto de problemas da mobilidade, porque com os últimos executivos (PSD), nunca pudemos contar, uma vez que nunca conseguiram concluir uma via estruturante que eles próprios planearam. Obrigado.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== “Bom dia a todos. Muito obrigado, Senhora Presidente. Na sua pessoa e na do Senhor Presidente da Junta de São Roque sintam-se todos cumprimentados. Naturalmente com uma felicidade também para nós de podermos estar aqui, e discutir de facto, os problemas de Oliveira de Azeméis, porque não há solução dos problemas sem discussão e diálogo. É a consciência dos problemas que nos faz ter a capacidade de os resolver, e não deixa de ser extremamente curioso que o exercício agora seja fazer um “bypass” completo aos últimos oito anos e tenhamos de recuar a anos anteriores. Devagar devagarinho, vossas excelências também chegam lá. No dia 16 de janeiro de 2015, mais de três anos e meio atrás, discutíamos numa Assembleia Municipal Extraordinária (por acaso aqui em São Roque) o Programa Aproximar Educação, na altura com a presença do Prof. David Justino. Nessa Assembleia Municipal, o Partido Socialista foi claro sobre a sua posição e sobre as suas preocupações, e passo a citar-me: “Depois de se ter diabolizado alguns dos maiores investimentos na área da educação, desde as infraestruturas físicas (remodações das escolas) às infraestruturas curriculares (tecnologia nas escolas), depois de quase quatro anos a desinvestir na educação, o Ministério da Educação prepara-se para transferir competências. Repare-se, com neutralidade orçamental. Reduzir o investimento e depois descentralizar não me parece grande política educativa. Agora imagine-se descentralizar para municípios com grandes dificuldades e restrições financeiras e com capacidades de investimento muito reduzidas. Em matéria de equipamento e infraestruturas temos já experiência de delegação de competências no ensino pré-escolar e ensino primário. Uma discussão sobre o alargamento deste âmbito poderia até fazer sentido, mas até aqui este projeto (Programa Aproximar Educação) é muito parco em explicações. Há escolas com quase vinte anos, que naturalmente precisarão de remodações sérias. Ou existe dotação orçamental, ou qualquer intenção não passa disso. Expliquem agora, como é que com a neutralidade orçamental o Ministério da Educação o poderá assegurar? Como poderão municípios financeiramente estrangulados conseguir investir?” Fim de citação. Nessa Assembleia, o Senhor Vereador do pelouro da educação, mais tarde presidente da Câmara Municipal, de forma clara e objetiva esclareceu e cito: “Porém, o contrato também permite que o Município identifique

algumas infraestruturas que estão a necessitar de serem reabilitadas e que, durante o primeiro ano de vigência do contrato, acorde um plano de reabilitação com o Ministério da Educação, fazendo as obras de reabilitação com dinheiro do Ministério da Educação, ou eventualmente, suponho que será também essa a leitura do próprio Ministério da Educação, recorrendo aos fundos comunitários para se poder fazer intervenções de fundo. No caso do Município de Oliveira de Azeméis, temos identificados claramente. E acho que por aquilo que foram as nossas diferentes reuniões de trabalho, estão claramente identificadas duas infraestruturas que são a Escola Básica e Secundária de Fajões e a Escola Básica e Secundária, sede deste Agrupamento, Dr. Ferreira da Silva. Portanto, estas ficarão fora desta transferência inicial. Podendo serem transferidas para o Município, se forem reabilitadas dentro deste quadro que descrevi.” Fim de citação. Em 14 de Agosto de 2015 aprovámos, também numa Assembleia Municipal Extraordinária, o contrato interadministrativo com o Ministério da Educação. O Partido Socialista, pela forma e pelo modo, votou contra por todas as razões que apresentou e pelos enormes receios do que seria na prática esta execução. Decorreram dois anos desde essa data. Em exercício pleno da maioria que nesta Assembleia aprovou o Programa Aproximar Educação e do executivo municipal que o defendeu acerrimamente, coexistem quase dois anos de exercício pleno entre essa maioria e a dos atuais deputados à Assembleia da República eleitos pelo Partido Social Democrata. Coexistiram praticamente dois anos entre esse exercício pleno e o mandato à Assembleia da República da única deputada em exercício de Oliveira de Azeméis e porta-voz do grupo de deputados na recente visita ao concelho de Oliveira de Azeméis. Durante estes dois anos, nem uma reflexão sobre o Programa “Aproximar Educação”. Nem um comentário, uma crítica. Zero. Rigorosamente zero. Nenhuma preocupação pública conhecida sobre um problema dramático que afeta escolas do concelho, não há dois ou três anos, há mais de dez anos. Nem um comentário sobre o amianto, sobre a degradação crescente em algumas escolas, sobre a chuva, o estado dos pavilhões. Zero. Rigorosamente zero. Sempre que o Programa “Aproximar Educação” foi falado, foi nos tons do costume, excelência, sucesso, referência. Nunca houve um problema pequeno, quanto mais um problema sério. Curiosamente, ainda hoje não é conhecida nenhuma avaliação nacional séria que permita perceber sequer o impacto e o alcance, qualquer que ele seja, deste programa. Nunca houve uma exigência sobre o cumprimento dos compromissos assumidos e a obrigação do Ministério da Educação de requalificar as duas escolas básicas e secundárias de Cucujães e Fajões. O município limitou-se a permitir que três milhões de euros do Pacto de Coesão e Desenvolvimento do Território, uma necessidade para tantos outros investimentos que continuamos a sentir, fossem desviados para cumprir as obrigações do Ministério da Educação. Também ao contrário dos mesmos que aprovaram o Programa “Aproximar Educação”, fomos frontalmente contra esta decisão. Um disparate financeiro. O que é certo, é que o compromisso do Ministério da Educação, sobre suas obrigações exclusivas, assumidas pela Câmara Municipal da altura, não foi cumprido. Minhas Senhoras e Meus Senhores, enquanto oliveirenses não podemos admitir, seja por deputados à Assembleia da República, seja por quem for, que coloquem em causa Oliveira de Azeméis e o

seu município sobre responsabilidades que não são nossas, mas que dizem respeito a problemas que, infelizmente, há muito deveriam ter sido resolvidos. É mais grave ainda, quando, e não posso deixar de o fazer formalmente em Assembleia Municipal, pela sua responsabilidade, Deputados à Assembleia da República, seja de que partido for, tanto importa, possam veicular uma mensagem ferida de verdade e de rigor. Mas pior ainda, uma mensagem que divide as pessoas, que dificulte a resolução do problema e que procura onerar ainda mais um concelho com tantas necessidades. Da falta de conhecimento e da incapacidade de se centrarem no que realmente importa, pode resultar para o concelho um custo superior a 4,5 milhões de euros, entre o que deixamos de dispor do Pacto de Coesão e Desenvolvimento do Território e o custo acrescido por verbas próprias do município. Senhor Presidente de Câmara, agradeço que possa esclarecer cabalmente esta Assembleia sobre este processo e sobre as opções do executivo e da Câmara Municipal, porque nesta matéria, e permita-me que o diga, não pode haver silêncio e não-esclarecimentos. O que é realmente importante é a comunidade educativa que, não é apenas desde outubro, mas há muitos anos, vive diariamente uma situação muito difícil. Para eles não é apenas mais um dia, mas um dia a somar a muitos anos e muito esforço. Saiba, sem qualquer dúvida, que conta do Partido Socialista com assento nesta Assembleia, e com a consciência clara das responsabilidades partidárias que eu próprio assumi, com a defesa intransigente dos interesses de Oliveira de Azeméis, para lá de qualquer governo da mesma ou de outra cor. Conta com todo o nosso apoio para sensibilizar o Ministério da Educação e exigir que possam assumir os compromissos que lhes competem. É também isto que pedimos a quem realmente se preocupa com Oliveira de Azeméis. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

===== “Muito bom dia a todos. Cumprimento a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários, cumprimento os colegas Vereadores justificando a ausência de dois dos nossos Vereadores – Dr. Rui Luzes e o Dr. Ricardo Tavares - cumprimento os Membros desta Assembleia; Senhores Presidentes de Junta e permitam-me que na pessoa do Senhor Presidente de Junta desta freguesia enderece os parabéns à Vila de São Roque, e dizer-lhe que é um orgulho para o concelho termos uma freguesia com esta dinâmica, como já aqui foi dito, e que se manifesta em todas as vertentes. Portanto, Senhor Presidente, o Senhor tem razão para ter orgulho nesta freguesia. Os Sãoroquenses têm razão para ter orgulho naquilo que juntos conseguiram construir e naturalmente que o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem orgulho em ter no seu concelho freguesias com toda esta capacidade, toda esta dinâmica, com todas estas realizações que vimos aqui elencadas. Constituem, na minha opinião, o grande objetivo do nosso trabalho que é servir o nosso concelho e criar condições para que essas populações vivam melhor. Portanto, Senhor Amaro Simões, em nome de todo o executivo camarário, os meus parabéns pela vossa comemoração, 29º aniversário da elevação a Vila, mas sobretudo, os nossos parabéns por tudo o que tem feito e por criar condições para que nesta freguesia se viva com dignidade e qualidade. Muito obrigado. Cumprimento, também o Público

presente, todos os Sãoroquenses, a Comunicação Social, o Senhor Diretor da Escola de Fajões, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Dando resposta às questões que foram colocadas, eu começaria pela intervenção do Senhor **Presidente da Junta de Cesar**, Augusto Moreira e dizer-lhe que partilho da sua preocupação. Esta é uma preocupação que foi reforçada na sequência da visita que ambos fizemos muito recentemente ao Posto Territorial da GNR de Cesar. Ficamos ambos preocupados quando vimos o Senhor Comandante do Destacamento Territorial, Tenente Bruno Marques, que defende o encerramento do posto. Uma posição que ambos sabemos que não corresponde à posição que defendeu no passado, mas que defendeu com uma argumentação sua e que eu respeito naturalmente... Mas que é uma argumentação que não vai de encontro ao que anteriormente defendeu e que não vai de encontro ao que defendemos. Já aqui foi explicada a abrangência dada pela atuação deste posto territorial, estamos a falar de cerca de 85km e de uma população de cerca de 19 mil pessoas. Mas é importante sublinhar que apesar de nós, nestas cinco freguesias no concelho de Oliveira de Azeméis, sermos menos em área territorial do que as vizinhas freguesias do concelho de Arouca, representamos cerca de 14 500 pessoas, nesse universo de 19 000 pessoas. Isto é um problema de especial relevância para o nosso concelho, embora não queira com isto dizer que este problema não tenha relevância também para o concelho de Arouca, porque são efetivamente freguesias distantes do centro de Arouca. Com muito mais facilidade e celeridade, nós chegamos (de Cesar) a estas freguesias do concelho de Arouca do que eventualmente o posto da GNR de Arouca terá capacidade. Eu não tenho oficialmente nenhuma comunicação, mas não devemos esperar por comunicações oficiais para nos precavermos. É isso que nós estamos a fazer com a preparação do documento que estamos a elaborar, e temos seguramente que definir uma metodologia que nos permita explicar de forma adequada, que o encerramento deste posto é algo que nós não vamos permitir que aconteça sem fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para o evitar. As razões já foram aqui elencadas. Já foram referidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia os números que justificam a manutenção deste posto. Mas todos nós sabemos que estes números são números que podem ser ainda reforçados porque existem um conjunto de factos que não são comunicados às autoridades. Esses números só por si são suficientemente fortes para justificar a manutenção do posto. A manutenção do posto reforça-se ainda com o facto de termos criado condições, e termos procurado e por iniciativa da junta, apontar uma solução para a requalificação daquele posto que é claramente, um dos piores do país, senão mesmo o pior. Essa solução passou não pela construção de um edifício de raiz, mas pela disponibilização de instalações à semelhança do que está a acontecer com o Posto Territorial de Cucujães para que nessas instalações, depois de requalificadas, se pudesse alojar o posto da GNR. Julgo que existe por parte da Junta de Freguesia um foco muito forte nesta questão, é seguramente uma das questões que mais preocupa em questão de segurança, a Câmara Municipal. Aquilo que posso assegurar, já o disse ao Senhor Presidente da Junta, é que vamos lutar por este posto e não vamos resignar. Vamos fazer o que estiver ao nosso alcance e evitar o seu encerramento. Ainda muito recentemente numa visita do Senhor Ministro, tranquilizou a comunicação social e os cidadãos com a sua

mensagem dizendo que não estava previsto o encerramento de nenhum posto. Esperamos que o Senhor Ministro honre as suas palavras. Estaremos atentos e se necessário for, em conjunto com as oito freguesias, convidaremos o Senhor Ministro para uma visita ao posto onde explicaremos a importância da sua manutenção e a importância que esta resposta tem em termos de segurança para as populações... Senhor Presidente da Junta, teve oportunidade de ouvir tal como eu, a argumentação que foi utilizada e que tem a ver com a inexistência de recursos humanos... O que se pretende é retirar recursos humanos que existem nestes postos e distribuí-los por outros postos da GNR que temos no nosso concelho. Mas isso não é solução nenhuma, porque o que tem acontecido em outros concelhos, é que depois ao fim de alguns anos esses postos que receberam o reforço de recursos humanos passam a perdê-los e passamos a uma situação semelhante à que tínhamos no passado. Essa não nos parece a melhor solução. Em relação à intervenção do **Deputado Albino Martins** sobre o percurso desta freguesia, não foi colocada nenhuma questão objetiva ao executivo camarário. Em relação à intervenção do **Deputado João Costa**: Dizer que a gratuidade dos transportes escolares não resulta de uma promessa eleitoral do Partido Socialista. Um pouco mais à frente vamos ter a oportunidade de saber do que é que estamos a falar... Estamos a falar em números redondos, cerca de 450 mil euros por ano. É uma verba substancial, relevante, é uma verba que nós percebemos que não é fácil acomodar no Orçamento. É evidente que existem alguns municípios que têm condições financeiras para promoverem a gratuidade dos transportes escolares... Nós temos essa gratuidade para alguns utilizadores, pessoas com enquadramento social que têm essa isenção, mas também temos no nosso concelho respostas sociais que não existem em outros concelhos. Aquilo que importa é que nós vamos estar atentos, obviamente que se conseguíssemos dar essa resposta social às famílias oliveirenses seria extraordinário. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso, mas o caminho faz-se caminhando. Percebo a dimensão e importância da proposta mas o que preside neste momento à questão camarária são critérios de razoabilidade, de objetividade, e portanto, aquilo que é minha obrigação dizer é que não existem condições financeiras para implementar uma medida dessa natureza. Existe contudo, a possibilidade de estudarmos e trabalharmos no sentido de avaliarmos, estudarmos e criarmos condições para que a longo prazo seja possível avançar com uma solução dessa natureza. Já em relação ao passe mensal para estudantes, é algo que nós podemos sugerir ao operador. Como sabem, neste momento a autoridade com competência para a gestão dos transportes metropolitanos, é a Área Metropolitana do Porto. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis delegou nessa entidade competências nesta matéria. Neste momento está a decorrer o estudo de mapeamento de lotes para lançamento a concurso de todos os transportes da Área Metropolitana do Porto. Será um concurso público internacional de grande dimensão, e aquilo que está neste momento a ser seguido é o lote no qual o Município de Oliveira de Azeméis ficará inserido para que façamos a candidatura. Teremos também que escolher o modelo, se é um modelo de concessão, se de prestação de serviços, se estaremos a falar de uma operação suportada pelo tarifário, se estaremos a falar de pagamento ao quilómetro, se estaremos a falar de uma resposta onde

existirá uma comparticipação por parte das autarquias para assegurar a qualidade do serviço. Nós temos em cima da mesa todas estas variáveis. São variáveis que temos que analisar e temos que ter muito cuidado na reflexão que fazemos sobre esta matéria, porque neste território de Oliveira de Azeméis, no de Santa Maria da Feira e no de São João da Madeira, apesar de terem uma grande densidade populacional poderão ser inseridos nos lotes onde constem municípios como Vale de Cambra e Arouca que fazem reduzir a apetência dos operadores para a operação do custo do quilómetro. Estamos a falar de uma população de 240 000 pessoas no conjunto de municípios da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, retirando desta equação o Município de Espinho. Com esta área, onde teríamos que incluir neste rótulo e que são municípios muito grandes, é evidente que para um operador receber um 1,50€/1,90€ o quilómetro (valor normal para este tipo de operação), é bem diferente em termos de rentabilidade se estivermos a comparar com um operador que faz a cidade do Porto que tem 40 km² e tem 240/250 mil habitantes. Estamos a falar de realidades semelhantes, mas que naturalmente têm uma apetência diferente por parte do operador. Podemos correr o risco de termos um concurso “zero” nesta região e isso seria tremendamente preocupante. Porquê? Porque teriam que ser os municípios a encontrarem uma resposta para assegurarem não só os transportes urbanos, transportes internos, mas todas as ligações que existem e a todos os outros lotes que existem e seriam criados. Isto é uma matéria muito complexa e que está a ser estudada há vários anos. Neste momento estamos a negociar entre os municípios os diferentes lotes, há quem defenda que cada município deve constituir um lote, mas depois há aqui um conjunto enorme de coisas que se não conseguimos articular... diferentes modos de transporte, a questão do título andante, o próprio passe único para as duas áreas metropolitanas que está a ser estudado e equacionado também... Digamos que há aqui uma complexidade de matérias que estão em cima da mesa e que estão a ser estudadas e o que esperamos é que tenhamos um concurso que permita dar resposta a muitas das questões que o Senhor Deputado referiu e que têm a ver com algum desfasamento nos horários que neste momento estão disponibilizados para a população escolar, a desadequação desses horários... O que estamos a procurar fazer é articular tudo isto, porque os transportes públicos têm que dar resposta ao fluxo de pessoas... Estou a falar do fluxo intermunicipal mas também do fluxo regional. Ou seja, nós temos que criar respostas para aproximar estes municípios que têm uma ligação histórica, económica e social muito forte e que são os Municípios de Terras de Santa Maria. Mas temos também que criar respostas extraordinárias para esta região que é a área de ocupação da Área Metropolitana do Porto, mas temos que o fazer em várias dimensões e não apenas nesta do transporte rodoviário. A questão que referiu do valor de 1€ para este serviço, que nós vamos falar de TUAZ, porque como sabem o SIM acabou por ser um serviço integrado no TUAZ, foi um serviço que não teve grande sucesso e não se conseguiu comprovar a sua necessidade... Verificamos que tinha custos elevadíssimos (15€ a 20€ por utilização) e tinha percursos em que não tinha qualquer utilizador. Eventualmente houve algum desajustamento de uma das principais respostas – como levar as pessoas ao Centro de Saúde, não funcionou muito bem na

articulação das marcações das consultas, na coordenação com o ACES... O que é facto é que os números comprovam que passados estes meses de funcionamento do SIM, a sua manutenção não faria sentido. O que fizemos, foi integrar uma parte substancial das respostas do SIM no TUAZ, com este título de 1€. Este título resulta de um despacho que foi criado pelo Instituto de Mobilidade e Transportes e que apontava para que esse título tivesse o valor de 1€, para uma área inferior a 50km e para usos até 2km. Esse é o valor que está ser cumprido. Aliás, a própria TRANSDEV há muito tempo que vinha reclamando junto do município a atualização acordada para os serviços de cooperação, uma atualização que nunca foi feita e que vocês mais à frente vão ter oportunidade de perceber o que foi feito no sentido de resolver este problema TUAZ/SIM e o problema da atualização do tarifário. Em relação à intervenção do Senhor **Deputado Bruno Aragão** e que teve a ver com o Programa “Aproximar Educação” e escolas: Este é um problema complexo, mas eu acho importante que se faça aqui o preâmbulo quando estamos a falar desta matéria. Esta é uma matéria onde claramente devemos utilizar toda a prudência na sua abordagem, na sua análise. Porquê? Porque a educação é um dos pilares fundamentais da construção da sociedade, não tenhamos dúvidas disso. Nós temos obrigações, em conjunto, de criarmos as melhores condições para a aprendizagem e formação dos nossos jovens. Portanto, devemos, dentro da medida do possível, procurar não transformar estas matérias em arremesso político. Porquê? Porque são matérias, estratégias fundamentais, vitais, para aquilo que nós queremos que o nosso concelho seja no futuro. Já foi aqui feito um enquadramento em relação a esta matéria e sejamos objetivos. Não foi alterado nenhum projeto de obras desde que este executivo chegou. Os projetos que foram lançados a concurso foram os projetos que existiam. O que aconteceu, foi que o valor que estava previsto para essas obras é claramente insuficiente. Portanto, temos aqui um problema para a requalificação destas duas escolas que é um diferencial de valores (cerca de um milhão de euros). E como já aqui tinha dito, no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, o Município de Oliveira de Azeméis aceitou que estas escolas fossem integradas e aquele dinheiro a que tínhamos direito para o desenvolvimento e coesão território em todas as suas dimensões foi alocado a estas duas escolas. O que é que acontece? Acontece que nós sabíamos, antecipadamente, para requalificarmos estas duas escolas e requalificá-las integralmente criando as condições para que elas pudessem, ao abrigo do Programa “Aproximar Educação” serem recebidas pela autarquia, nós precisávamos de 6.5 milhões de euros de investimento. O grande problema reside claramente na Escola EBS de Fajões, e por isso é que ela precisa de uma requalificação muito mais substancial do que a Ferreira da Silva. Mesmo que tivéssemos a possibilidade de alocar toda a verba disponível (6.5 milhões de euros) unicamente para a dotação, a Escola de Fajões não ficaria integralmente requalificada. Acontece que o Município de Oliveira de Azeméis tem competências que lhe são delegadas e previstas na Lei, e o Estado Central tem competências que lhe são delegáveis. É evidente que nós devemos cooperar e foi isso que nós fizemos, mas não devemos nem podemos substituir-nos nas competências de cada um. Ontem foi assinado o auto de consignação da requalificação da ER 227, entre São João da Madeira e Vale de Cambra, um investimento de

cerca de 1.7 milhões de euros que atravessa na grande maioria dos seus 8.5km o concelho de Oliveira de Azeméis. Estamos a falar de um conjunto de freguesias que tinham aqui uma resposta a uma rede viária que estava degradada mas, naturalmente, o Município de Oliveira de Azeméis não podia substituir-se ao Estado na requalificação daquela via. Portanto, o Estado assumiu as suas competências, com verbas que estão no Orçamento de Estado. O Município de Oliveira de Azeméis foi apresentar algumas soluções ao Ministério da Educação, mas obviamente que a solução não passa por afetarmos um milhão de euros que não temos no nosso Orçamento para a requalificação parcial, sublinho – parcial -, da Escola de Fajões. Isto é fácil de perceber. Nós, em 2017, tivemos e investimos no nosso concelho em termos do PPI cerca de três milhões de euros. Esta verba representa um terço desse valor. Esta verba corresponde a um ano de transferências para as juntas de freguesia. Nós por aqui percebemos a dimensão e a importância do que esta verba representa para o orçamento municipal. Portanto seria, na nossa opinião, profundamente errado que nós estivéssemos a comprometer um conjunto de outros investimentos que são da nossa obrigação, para herdarmos um problema que passaria a ser da nossa responsabilidade. Quero com isto dizer o seguinte: admitindo que o Município de Oliveira de Azeméis teria capacidade para suportar este diferencial substituindo-se àquilo que são as responsabilidades do Ministério da Educação, aquilo que estaria a acontecer era o município pagar mais um milhão de euros para receber mais dois, ou dois milhões e meio de euros de responsabilidades que passariam a ser suas para requalificar integralmente a Escola de Fajões. Não foi isso que foi acordado, não foi isso que foi protocolado... E os protocolos se se fazem, é para serem cumpridos. Aquilo que o Programa “Aproximar Educação” preconizou no seu clausulado é que o Município de Oliveira de Azeméis e os outros municípios que assinaram protocolos, só receberiam esses equipamentos, só passariam a cuidar desses equipamentos se eles fossem integralmente requalificados. Portanto, nós não podemos culpabilizar o Município de Oliveira de Azeméis por o Ministério da Educação não estar a cumprir as suas responsabilidades. O que nós fizemos foi de forma imediata estudar um conjunto de soluções que fomos apresentar ao Ministério da Educação. Essas são soluções às quais o Ministério da Educação tem que dar resposta. E se o Ministério da Educação não concorda com nenhuma destas soluções, apresenta ao Município de Oliveira de Azeméis a sua solução. Aquilo que nós queremos é que o Ministério da Educação, naturalmente, assuma as suas responsabilidades e, naturalmente, disponibilize a verba que seja necessária para cumprir aquilo que o Município de Oliveira de Azeméis, na minha opinião, erradamente assumiu no âmbito deste PDCT. Mas se não quiser fazer é evidente que vai ter que ficar com a escola e com a responsabilidade de resolver os problemas que existem na escola. Isto que fique absolutamente claro, porque aquilo que fomos apresentar ao Ministério, foram várias possibilidades correspondendo num ou outro caso, a um esforço substancial da autarquia de Oliveira de Azeméis. Para terminar, dizer de forma muito clara que não está em causa a importância da requalificação destas duas escolas. Estas duas escolas são fundamentais para a resposta escolar do nosso concelho. A Escola de Fajões é claramente a escola do concelho que está em piores condições, já há muitos anos que

devia ter sido intervencionada. Há muitos anos que devia estar requalificada, o seu responsável, Prof. António Camilo, anda há muitos anos a exigir a sucessivos governantes essa requalificação, tem feito esse trabalho, tem sensibilizado o Senhor Secretário de Estado, tem sensibilizado o Senhor Ministro, tem envolvido na sua luta os presidentes de câmara. Mas não podemos substituir-nos às responsabilidades do Estado. Não podemos prejudicar o conjunto da comunidade para dar uma resposta que é a obrigação do Estado. Isto é particularmente complexo num Município que tem tantas coisas por resolver. Caros amigos, gostaria muito que a Escola de Fajões fosse requalificada, não desisti dela, já tive oportunidade de reunir com o Prof. António Camilo, com o responsável pela Associação de Pais, com o Presidente do Conselho Geral, para juntos definirmos uma estratégia de sensibilizarmos a tutela para a urgência, e para a importância da requalificação desta escola. Até pelos números que esta escola apresenta a todos os níveis: qualidade de alunos que tem, pelo sucesso escolar que apresenta, pela qualidade do ensino que ministra. Em todas estas dimensões justifica-se plenamente a atenção do Ministério da Educação e um investimento profundo, que gostaríamos que fosse de quatro milhões de euros para requalificar integralmente esta escola porque este investimento de um milhão e meio de euros que agora se percebe que tem de ser mais de dois milhões de euros era um investimento na construção de um edifício mas que não resolvia as infiltrações no pavilhão, nem sequer resolve o problema do amianto na escola. Vamos continuar a trabalhar para que esta escola seja requalificada, vamos continuar a desenvolver, em articulação com o Senhor Diretor do Agrupamento, todas as medidas que estiverem ao nosso alcance para que a sua requalificação se concretize. Eu tenho ouvido, enfim, num quadro de reprogramação do 2020, um conjunto de verbas que oscilam entre os 25 milhões de euros e os 200 milhões de euros. Um conjunto de verbas que estarão disponíveis para requalificação de escolas que estavam inscritas no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial e que não foram intervencionadas... Eu prefiro esperar pela negociação que necessariamente e obrigatoriamente tem de ser feita com a Comissão Europeia para esta reprogramação, e depois de termos as verbas disponíveis começarmos a perceber de que forma teremos condições para apresentar a nossa candidatura para a requalificação desta escola. Termino, sublinhando a importância de termos a preocupação de juntos trabalharmos para alcançar uma solução para a requalificação desta escola, não esquecendo nunca, que a nossa responsabilidade (da autarquia) não se esgota nesta requalificação, mas que se estende ao conjunto de todas as respostas que nós temos de encontrar quer no pré-escolar, quer no 1º ciclo. Deixem-me dar-vos um número só para perceberem, nós estamos a preparar um conjunto de investimentos no nosso Parque Escolar que ronda os 300 mil euros e tem sido mais ou menos isso que tem sido investido todos os anos no nosso concelho, para procurarmos dar resposta a questões mais urgentes como coberturas, caixilharias, instalações sanitárias, um ou outro recreio ou parque infantil. Este valor de 300 mil euros que é um valor generoso e que representa um esforço orçamental substancial, é apenas 10% das necessidades que foram identificadas pelo Senhor Vereador do pelouro. Portanto, ele conseguiu com alguma facilidade chegar a um valor perto

da ordem dos 3 milhões de euros, para um conjunto de necessidades urgentes no edificado escolar que é da nossa responsabilidade neste momento. Obviamente estamos também atentos ao edificado escolar que não é da nossa responsabilidade, mas que poderá vir a ser e que nós queremos que nos seja entregue com todas as condições (requalificação integral), para que não herdemos um problema para o qual depois não teremos capacidade orçamental para resolver. Aquilo que nós estamos a fazer é não baixar os braços, não deixar que a Escola de Fajões seja o não assunto. Tive a oportunidade de esta semana voltar a falar com a Secretária de Estado da Educação sobre este assunto, e vou fazê-lo sempre que tiver oportunidade. Mas, não vou limitar-me a esperar que alguma resposta venha por parte do Ministério da Educação. Vamos ser pró ativos, vamos procurar criar uma estratégia para convencer o Ministério da Educação e Ciência de que esta escola precisa de uma requalificação profunda e aí sim, o Município de Oliveira de Azeméis está completamente disponível para a receber. Muito obrigado.” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo, do CDS/PP.*** =====

===== “Bom dia a todos. Excelentíssima Presidente da Assembleia Municipal, Dra. Helena Santos, os meus cumprimentos, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta - um cumprimento especial ao Excelentíssimo Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, hoje nosso anfitrião -, Comunicação Social, Sanroquenses e Oliveirenses. A Vila de São Roque acolhe hoje a segunda Assembleia Municipal descentralizada deste novo mandato, terra de trabalho, um povo empreendedor e com grande expressão no sector empresarial do calçado. Diria mesmo, São Roque a capital do calçado do Município de Oliveira de Azeméis. O CDS/PP está também atento ao que de bom se faz nesta terra, assim como pelos anseios da sua população. Gostaríamos assim de dar hoje destaque a uma instituição com sede nesta freguesia, a Associação da ENESSE BASQUETEBOL CLUBE, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos seus nove anos de existência. É uma associação que tem por objetivo o desenvolvimento social e desportivo do concelho de Oliveira de Azeméis, em particular ao nível da iniciação, formação e pré-competição das suas crianças através do basquetebol, maximizando a imagem do concelho e das freguesias envolvidas, e com uma particularidade que a distingue de muitos outros clubes, o trabalho desenvolvido na integração, na sociedade, através da prática desportiva, de crianças mais desfavorecidas. Trabalho este desenvolvido com uma dedicação invulgar, pois os seus treinadores e monitores assumem de uma forma voluntária e praticamente gratuita toda a responsabilidade do projeto. Têm atualmente cerca de quarenta atletas, maioritariamente femininos, pois a maior dificuldade desta associação incide na falta de espaço para os treinos diários que proporcionam. Contam com a cedência do pavilhão da Escola de São Roque e jogam no Pavilhão Municipal de Oliveira de Azeméis. Os seus atletas, mais de 50%, não pagam qualquer quota. Assim a natureza do projeto, de cariz voluntário e social dos seus intervenientes, com isenção de pagamento de quotas pelos encarregados de educação com Escalão Social Escolar A e 50% menos para o Escalão B, bem como o pagamento de uma só

quota para encarregados de educação com mais do que um educando inscritos no clube. São assim o único projeto da zona, bem como de toda a região, a apresentar estas mais-valias na inscrição, bem como o valor de quota anual mais baixo (Escalão A - Isentos, Escalão B- 7€ por mês, Escalão C- 15€ por mês, por época- dez meses). Para além disso, trabalham com a comunidade escolar regularmente, disponibilizam-se nos períodos de férias e outros horários durante o ano letivo, dando sessões de treino gratuitas às entidades que lhe solicitem, convidando todas as crianças a treinarem uma vez por semana regularmente, sem encargos para os encarregados de educação. Estão disponíveis para levarem o seu próprio projeto a outras freguesias do Município de Oliveira de Azeméis, apenas necessitando do espaço para o treino das crianças. É assim um projeto que o CDS/PP não podia deixar passar em claro, trazendo-o a esta Assembleia como forma de reconhecimento pelo seu meritório trabalho desenvolvido em prol das crianças com maiores dificuldades económicas e sociais. Sensibilizamos os presidentes de junta para que se interessem por este projeto pois pode ser uma mais-valia também para as suas freguesias, e a Câmara Municipal que continue a apoiar a instituição, porque de facto existem projetos que fazem a diferença. Um bem-haja à ENESSE BASQUETEBOL CLUBE. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Jorge: Quero felicitá-lo. Ao longo dos últimos quatro anos o CDS/PP, em sede desta Assembleia Municipal tem-se debatido insistentemente na defesa de um serviço de proteção civil, devidamente organizado e capaz de garantir mais e melhor segurança para os Oliveirenses. Foi inclusive um ponto de honra do CDS/PP quando tomamos posse para o novo mandato. O Senhor Presidente demonstrou no evento Mercado à Moda Antiga, que está sensibilizado no que diz respeito a esta matéria, e executou pela primeira vez um Plano de Segurança Operacional para este evento, que, note-se, está classificado no regime jurídico de segurança contra incêndios na categoria mais gravosa. Constatamos policiamento de proximidade, patrulhamento de elementos da Cruz Vermelha e Bombeiros, equipas no terreno, um posto de Comando a até um hospital de campanha de forma a prevenir qualquer tipo de ocorrência. É isto a Proteção Civil. As pessoas notaram essa diferença, sentiram-se mais seguras. Se foi um bom plano ou não, neste momento para aqui não é relevante, terá sim de ser avaliado entre os agentes intervenientes e melhorá-lo para o próximo evento, se houver melhorias a implementar, mas o mais importante foi a sua implementação colocando-nos assim num novo paradigma. Senhor Presidente, a proteção civil tem como um dos seus objetivos, a sensibilização em matérias como a autoproteção. Julgo Senhor Presidente ser bastante positivo, logo que possível, seja dado conhecimento do relatório das intervenções nas ocorrências deste evento para que todos percebamos a importância de se apostar fortemente no planeamento e prevenção da segurança dos seus munícipes. Gostaria ainda Senhor Presidente de felicitá-lo também pelo seu empenhamento sobre o assunto trazido à última assembleia pelo CDS/PP, e refiro-me agora à ambulância de suporte de vida, SIV, a instalar no Hospital São Miguel, serviço este de uma importância vital no socorro e no salvamento de vidas, tendo em conta que é um meio diferenciado e com protocolos de atuação muito semelhantes ao da VMER. Agradeço desde já a forma rápida como se inteirou sobre o

assunto e interrogo-o se já tem mais novidades sobre o mesmo, nomeadamente por parte do INEM? Por último Senhor Presidente, não gostaria de num futuro próximo ter de citar o velho ditado “Gabaste-o... estragaste-o”. Sinto o dever moral de deixar aqui um alerta que considero positivo. A Comissão Municipal de Proteção Civil ainda não foi constituída. Estamos já em plena época de incêndios florestais, muito embora o São Pedro tem sido nosso amigo, não obstante o aparecimento de outros fenómenos naturais não muito comuns no nosso país, nesta época. A DON, Diretiva Operacional Nacional, em que o Serviço Municipal de Proteção Civil também é parte integrante, diz-nos que este ano todos os incêndios que ocorram e tenham prevista uma duração superior a 24 horas, o Senhor Presidente da Câmara terá de ativar o Plano Municipal Emergência. O meu alerta vai no sentido de, como sabe Senhor Presidente, para validar a ativação do Plano Municipal de Emergência é necessário que a Comissão Municipal de Proteção Civil se reúna e faça essa avaliação. Ora, se ela ainda não está constituída. Tudo corre bem quando acaba bem... Senhora Presidente da Assembleia Municipal, nos últimos tempos tem-se falado e demonstrado, preocupação sobre o eventual encerramento do posto da GNR de Cesar. Eu gostava de deixar aqui o desafio à Senhora Presidente, para que nesta Assembleia, possamos todos juntos, unidos por esta causa, mostrar mais força para ajudar o executivo a manter o posto da GNR aberto, ao serviço da população. Fica aqui a sugestão, obrigado.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.** =====

=====
 ===== “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, Executivo, Caros Colegas desta Assembleia, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Eu tinha uma intervenção preparada, a qual já não vou fazer dado o adiantado da hora. Em primeiro lugar, gostava de cumprimentar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, Senhor Amaro Simões, por este acolhimento e pela hospitalidade da casa onde nos encontramos hoje que é uma obra que certamente dignifica muito os Sãoroquenses e também destacar o patrono desta casa, Comendador Ângelo Azevedo, um conterrâneo que muito admiro e que certamente é também muito admirado por vós, um homem que dedicou parte da sua vida à causa pública e à política concelhia. Portanto, ficam aqui os nossos parabéns pelo 29º aniversário de elevação a Vila. Senhor Presidente, de uma análise não muito exaustiva do trabalho que a Câmara tem vindo a desenvolver nos últimos oito meses, para dizer que vai chegando aos nossos contactos alguma preocupação das associações que continuam à espera dos apoios, não só financeiros como logísticos. Há uma morosidade. Eu percebi que o Senhor Presidente tem em agenda um conjunto de iniciativas que acabou por abordar, nomeadamente na intervenção ao nível das escolas. Há esta preocupação por parte dos encarregados de educação e das associações de pais, nomeadamente sobre a conservação, manutenção. Estamos a falar em obras de requalificação e de espaços. Uma nota que queria referir era a questão das ruas, da limpeza das valetas. Algumas ruas encontram-se com a vegetação em cima da faixa de rodagem e alguma falta de sinalização vertical. Considero estas coisas importantes. Quanto à gestão e

utilização de recursos técnicos e humanos do município, esta semana e como sou professor da Escola Superior Norte da Cruz Vermelha, vi que andavam os sapadores florestais a fazer limpeza das valetas. Eu creio e digo com toda a sinceridade, não vejo que isso seja um problema, mas acho que devem aproveitar os recursos existentes no município. Contudo, sem comprometer outras atividades da sua responsabilidade, como fazer a limpeza dos matos. Senhor Presidente, agradeço a intervenção do João Costa sobre a questão dos transportes que me fez relembrar uma realidade: na entrada para a Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha tem um acesso que é feito pela rotunda do lado sul, o que é completamente constrangedor. Eu que passo lá muitas vezes e quando a vegetação está mais alta, não consigo ver a estrada. Deixava aqui uma sugestão no sentido de criar uma rampa de acesso em que pudessemos ver a estrada. O Senhor Vereador Helder Simões sabe do que estou a falar e agradecia que tomassem isso em boa nota. Na rotunda é preciso ter alguma perícia porque não conseguimos ver a estrada. Já que falaram aqui no TUAZ, porque não pensar também em ter uma paragem junto da Escola Superior Aveiro Norte? Dizer que estou preocupado com o encerramento da Caixa Geral de Depósitos. Ontem estive num debate conjuntamente com alguns elementos que estão aqui presentes e ficou uma preocupação muito focada no sentido de haver uma ação mais concreta a este encerramento cirúrgico da Caixa Geral de Depósitos. Certo que há aqui um desafio: transmitir um pouco do desagrado dos Nogueirenses que inesperadamente ficaram sem um serviço público. Não sei o que o Senhor Presidente pensa sobre esta matéria. A questão da GNR de Cesar: Fico muito satisfeito com as palavras do Senhor Presidente e com o seu empenho que demonstra ter. Acho que é um assunto que nos deve unir a todos. Há matérias que eu considero que não são políticas, e que devem unir todas as forças políticas, e a educação é uma delas. Ninguém está contra a educação, ninguém tem mais um olhar melhor ou pior na educação, devemos defender a educação como um plano estratégico do concelho; A segurança também, neste caso a GNR; Os serviços públicos; A saúde também é um problema iminente do nosso Hospital. Portanto, eu não me considero nesta Assembleia com mais ou menos pretensão para defender isto ou aquilo. Há matérias em que devemos estar unidos, e espero Senhor Presidente que nunca desista da Escola de Fajões, porque é uma escola que tem história, tem tradição e tem bons resultados. Fica aqui esta mensagem: Não deixe passar isto a um não assunto. Invista. Ao investir também está a investir no futuro. A Educação é o futuro. Obrigado”

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Fernando Pais**, do PSD. =====*

===== “Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, Vereação, Mesa da Assembleia, os meus Colegas e Membros desta Assembleia e demais público aqui presente. Queria fazer uma interpelação à Mesa: sei que é difícil coordenar isto, mas Senhora Presidente são 11.30h. Nós estamos ainda no PAOD e não tivemos intervenção do público, se calhar é melhor repensar, independentemente das Assembleias Temáticas. Ficaríamos mais tranquilos e daria a todas a pessoas a possibilidade de intervir, porque vai ter problemas logísticos da parte da tarde. Era

apenas um à parte. Eu, apesar de tudo aquilo que já foi dito aqui relativamente à Escola de Fajões, não posso, por imperativo e até pela cidadania, deixar de trazer aqui alguns contributos porque me parece que há algum ruído e há coisas que não foram ditas. Há coisas que foram escritas que são inverdades, e é preciso de uma vez por todas que a situação fique perfeitamente clara aos olhos de toda a gente. Eu, antes de mais e não abusando da retórica, vou citar o Bruno Aragão na primeira intervenção, sempre com aquele sentido assertivo que ele tem – ele disse uma coisa basilar que é: “... para nós resolvermos um problema é preciso primeiro consciencializarmos do problema que existe...”. Eu visitei a Escola de Fajões e fiquei de alguma forma, chocado. Ou seja, eu não imaginava que na segunda década do século XX existisse uma escola naquelas condições. Primeiro ponto e ponto fundamental: Nós termos consciência de que a Escola de Fajões precisa ser requalificada. Ponto número dois: eu tenho obviamente que ir um bocadinho atrás e falar como o Bruno Aragão falou do Programa “Aproximar Educação”, embora eu ache que o mesmo não tenha aplicação aqui. De facto, o Programa “Aproximar Educação” tinha como um dos seus objetivos receber as escolas, nomeadamente a de Cucujães e a de Fajões já devidamente requalificadas. É um aspeto incontroverso nesta questão. Todos nós sabemos que a dificuldade da requalificação das escolas por parte da Administração Central, é uma evidência. Nós não podemos nem temos meios para reclamar uma requalificação imediata até 2019 que é quando acaba o Programa “Aproximar Educação”. E aí Vossa Excelência, Senhor Presidente, poderá efetivamente renegociar o contrato, denunciar o contrato, entenderá depois sobre o contrato aquilo que bem entender. Mas, nós temos aqui, no executivo anterior, não quero discutir se bem ou mal, e a par do Programa “Aproximar Educação”, o executivo anterior, bem ou mal, bem ou mal, apontou como prioridades no programa de coesão social para a requalificação, a Escola de Cucujães e a de Fajões. Nessa medida, contratualizou com o Estado Central uma verba necessária para a requalificação destas duas escolas. Eu estive a consultar e há um despacho de 2016 da Presidência do Conselho de Ministros subscrito pelo Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais da Educação e do Orçamento que autoriza e vou passar a citar: “...a celebração de acordos de colaboração com os municípios, nos valores abaixo indicados tendo por objeto a requalificação e modernização das infraestruturas educativas e formativas do 2 e 3 ciclos do ensino básico e secundário, identificados nos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial celebrado no âmbito da educação e no âmbito do acordo do projeto Portugal 2020...”. Ou seja, no âmbito da educação foi identificado claramente a necessidade de requalificação destas duas escolas. Isto foi um projeto feito ao abrigo do projeto de coesão social, nomeadamente ao abrigo do Portugal 2020. Pode-se não concordar, pode-se concordar, pode-se dizer que o Prof. Isidro em vez de identificar estas escolas podia identificar as escolas que eram da competência dele, podemos discutir o que quiserem. Para mim, e continuo a dizer, a grande necessidade da requalificação do parque escolar parte claramente pela Escola de Fajões. Então, o que é que nós aqui temos? Temos um contrato feito, e nesse documento era elencado em duas páginas o conjunto de escolas com a devida participação total e dizia como é que essa participação era feita.

Nessa participação, se eu não estou errado, o FEDER participa com 1 275 000,00€, o Município 112 000,00€ e depois temos cinquenta e tal mil euros que eram provenientes do Orçamento do Estado 2017/2018. Ou seja, o Município nesta base não está a investir além da parte que lhe cabe por via desta contratação do projeto 2020. Dito de outra forma: o Estado, ao aplicar este dinheiro nestas escolas, não está a assumir qualquer responsabilidade da transferência da escola para a sua dominialidade. Que isto fique bem claro. Segundo lugar: a Câmara Municipal vem com um argumento, o Senhor Presidente diz: não podemos intervir na sua requalificação por duas ordens de razão: Primeiro porque não concordam com a identificação das escolas de Fajões e Cucujães, porque nós temos o nosso Parque Escolar e queremos investir primeiro na requalificação do nosso Parque Escolar. Certo. Segundo lugar, não queremos investir em matérias que não são nossas. A escola está a cair, está degradada, “é pá, temos pena”. Os outros que fizessem anteriormente. Eu não vou fazer nada porque não é da minha competência. Não quero assumir essa responsabilidade. Portanto, vou entretanto candidatar-me a outro projeto do 2020 e se vier dinheiro, eu requalifico a escola. Há aqui duas coisas, e deixe-me dizer-lhe uma coisa prévia Senhor Presidente da Câmara: isto não é uma arma de arremesso político, isto é uma chamada de atenção: o que eu quero é que a Escola de Fajões seja requalificada e bem e o Senhor tem todo o apoio, quer da Vereação, quer da bancada que eu faço parte. Se infletir o seu discurso e requalificar a Escola de Fajões, pode até fazer num milhão e meio que justamente lhe foi atribuído para essa escola. Eu tenho muitas dúvidas que o Senhor possa pegar nesse milhão e meio de euros e utilizá-lo em outras coisas que não aquilo que está previamente contratado, a não ser que revogue o acordo. E depois há uma outra questão: Qual é a capacidade negocial do município partindo do princípio que este dinheiro não é utilizado na Escola de Fajões, recuso-me a acreditar, se de hoje para amanhã for falar com a Secretária de Estado do Orçamento e disser que “quer dinheiro” e ela diz-lhe assim: “Então vocês têm um milhão e meio, o que é que fizeram ao milhão e meio?”. Eu acho que isto é um ato de cidadania, não um ato de arremesso político. É consciencialização de que a escola pode fechar. Nós estamos aqui a falar dos 300 mil euros que o Senhor precisa para requalificar as outras escolas, se calhar é preciso 3 milhões. Se calhar temos outras perspetivas... mas nós temos uma escola que está a cair. Temos uma escola que para além do problema do amianto que é grave, tem problemas sérios de infiltrações. Eu atrevo-me a dizer que a parte mais confortável da escola, até são os contentores porque lá não chove. E quando nós falamos em prioridades (eu ou o Dr. Carlos Costa Gomes), a nossa primeira prioridade tem que ser a educação. Aqui é que está a qualidade de vida das pessoas. Até lhe digo mais, o Senhor Presidente até pode dizer que não tem dinheiro. Ninguém o vai criticar se o Senhor conseguir arranjar uma verba. Para já este milhão e meio, na minha perspetiva, é de todo o direito da Escola de Fajões. Está ali o Senhor Diretor da escola, fale com ele, pergunte-lhe o que é que ele vai fazer com o milhão e meio que ele arranja solução e diz que com este milhão e meio de euros resolve muitos dos problemas que tem. É disso que temos que ter consciência, se vier a ASAE ou outra entidade qualquer, a escola fecha. O Senhor Diretor disse-me que recebe

alunos no âmbito de um programa de ERAMUS e que tem vergonha de mostrar as condições da Escola de Fajões. Isto é uma coisa que “não podemos cuspir para o lado” e dizer que depois se resolve, é um problema premente. Eu acho que deve ser uma das prioridades deste Município. Nós até podíamos dizer que a Escola de Fajões é uma escola com poucos alunos, antiga, degradada e que não vale a pena investir quatro milhões e meio de euros. Mas vamos ver se, apesar desta falta de investimento, a escola tem ou não boas condições pedagógicas, se os alunos saem de lá bem formados e de facto, Senhor Presidente, no ano passado a turma do 12º tinha vinte e poucos alunos, dois deles foram para medicina e um para gestão industrial. Portanto, o apelo que faço sem demagogias, sem confronto político, sem qualquer tipo de aproveitamento, é que o Senhor faça uma reflexão ponderada, justa, equitativa no sentido de olhar para a Escola de Fajões e não dizer que “amanhã vou resolver o problema”, mas que amanhã o problema esteja resolvido. Acho que deve haver um esforço. Repare, sei que tem um milhão e meio para Fajões e um milhão e meio para Cucujães. Corrija-me se estiver enganado, mas sei que a intervenção em Cucujães vai ser feita e vai ser feita até para lá de um milhão e meio... vai ser feita por um milhão e sete mil euros. Diga-me como é que o Senhor consegue dizer com os mesmos argumentos que não faz em Fajões, utiliza os mesmos argumentos e faz em Cucujães. Ponto dois, e isto é uma chamada de atenção: tenho muitas dúvidas que este dinheiro possa ser alocado para outras finalidades, nomeadamente competências da Câmara no domínio da educação. Pode acontecer que todos nós sejamos obrigados a devolver o milhão e meio de euros por não utilizarmos o dinheiro exatamente para o fim que foi atribuído, nomeadamente na questão do programa de coesão social ao abrigo do programa 2020. É um apelo, uma preocupação efetiva, não considere isto como um ataque político, considere como uma preocupação efetiva para que a Escola de Fajões seja uma escola exemplar. É um facto: a escola de Fajões no passado não recebeu apoio nenhum, e vamos à escola de Cucujães, eu também gosto dela, não tenho nada contra a escola, mas a Câmara Municipal investiu lá no auditório e tem lá umas instalações fantásticas no domínio do laboratório de físico-química. Nada contra. Agora, é preciso olhar pela Escola de Fajões. O fecho da Escola de Fajões provocará um desequilíbrio social que depois, provavelmente, resultará em problemas mais graves do que aqueles que o Senhor toma em não requalificar a escola. Muito obrigado.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Filipe Carvalho**, do PSD, o qual prescindiu da mesma. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Bruno Rodrigues**, do PSD. =====

===== “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente de Câmara e Senhores Vereadores, Senhor Presidente de Junta e nosso anfitrião, Caros Deputados, Público e Comunicação Social. Bom dia a todos. O tema que trago aqui a esta Assembleia prende-se com algo que já foi abordado por mim anteriormente, a questão dos horários dos bares do nosso município. Na altura congratulei-me com o empenho do município por tentar resolver a questão ao iniciar os procedimentos para a criação do novo regulamento.

Na altura como estava aberto o período de discussão pública desse futuro regulamento, a JSD entendeu ser importante realizar uma tertúlia com os diversos bares da cidade de forma a escutar os seus problemas e as suas ambições para esse novo regulamento. Mal a tertúlia foi anunciada algumas vozes vieram a público dizendo que era uma mera sessão de crítica ao Executivo Municipal. A tertúlia aconteceu, foi bastante participada, e foi extremamente satisfatório o facto de vermos os bares a dialogarem entre si sobre os problemas que estavam a acontecer e quais as suas expectativas para a sua resolução. Não houve em momento nenhum, críticas ao Executivo Municipal. Julgo que conseguimos mostrar que um partido da oposição não necessita estar a todo o momento a criticar a ação da Câmara. Como conclusão desta tertúlia entendemos, de todo pertinente aproveitar o período de discussão pública de novo regulamento para propormos uma medida que tem sido implementada com grande sucesso nas grandes cidades do nosso país – os limitadores acústicos. Esta solução consiste na instalação de um dispositivo que estaria ligada aos amplificadores dos bares e atuaria sobre eles de uma forma automática sempre que alguém tentasse aumentar o volume da música no local, para além de um valor máximo pré-definido. Este limitador tornaria impossível ultrapassar esse nível de ruído pré-definido. Para além disso um dispositivo destes manteria um registo dos níveis de ruído e isentaria os bares de responsabilidades na eventualidade de uma queixa de algum vizinho, pelo motivo da música estar alta. No início deste mês, foi aprovado em reunião de Câmara o projeto do novo regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Eu e a JSD ficamos bastante satisfeitos por vermos que esta medida foi incluída nesse projeto. Posto isto, e em relação a esta medida gostava de colocar uma breve questão ao Senhor Presidente da Câmara: Apesar de ser uma medida que poderá ser positiva para os bares, ao poder isentá-los de responsabilidades em caso de queixa por causa da música estar alta, estes dispositivos podem acarretar um investimento avultado aos empresários. Está previsto algum apoio da Câmara Municipal aos bares para a aquisição destes aparelhos? Obrigado.”

*=====
 ===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====
 ===== “ Bem, antes de dar a palavra ao Senhor Presidente, queria pedir-lhe, embora saiba que para si é um esforço muito grande, tentar ser breve. Vamos tentar fazê-lo, responder com brevidade para não atrasarmos mais a Ordem do Dia. Obrigada.” =====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====
 ===== “Muito obrigado Senhora Presidente, vamos procurar ser breves. Em relação à intervenção do Senhor **Deputado Jorge Melo**, naturalmente agradecer-lhe o elogio que fez à Câmara Municipal que acho exagerado, porque aquilo que nós fazemos é tentar cumprir a nossa obrigação. É isso que nos apraz fazer, é essa a nossa missão e é isso que estamos empenhados a fazer. Em relação à questão concreta da ENESSE, é evidente, é indiscutível a importância desta coletividade não só para a freguesia de S. Roque, mas para o basquetebol do concelho. Nós tivemos muito recentemente e pela primeira vez no nosso concelho, um título*

*nacional de basquetebol na máxima divisão. Portanto, esta é uma modalidade à semelhança de outras às quais temos que fazer um forte investimento e onde temos de criar condições para que os nossos jovens a pratiquem. É um facto que nós temos problemas de espaço, é um facto que nesta região do concelho ainda se sente de forma mais particular e de forma mais efetiva essa dificuldade. O que estamos a procurar fazer é construir respostas. Estamos a procurar construir respostas apoiando o trabalho meritório que esta associação tem desenvolvido na promoção do desporto concelhio, mais concretamente na modalidade de basquetebol, procurando fazer uma boa gestão dos equipamentos que temos disponíveis e da sua utilização para percebermos as bolsas de disponibilidade em termos de horários que são passíveis de serem afetadas a essa e outras coletividades, apoio objetivo que estamos a fazer a nível da formação, duplicando a verba que vinha sendo atribuída, passando de 30€ para 60€ (apoio por cada um dos atletas federados). Agora, é evidente que nós percebemos o alcance da sua intervenção, sei muito bem interpretar o brilho nos olhos do Senhor Presidente da Junta de São Roque, porque o que ele queria era o Polidesportivo coberto, e essa seria uma resposta importante também para a ENESSE. Mas estamos a falar, como o Senhor Presidente sabe, de mais de 300 mil euros para essa operação, uma operação substancial, como também é substancial a requalificação do Pavilhão da NOZ que seria outra resposta importante nesta região do concelho. Estamos atentos, não quer dizer que tenhamos neste momento reunidas as condições para dar respostas. Agora aquilo que vamos procurar fazer, é dar respostas no espaço de tempo mais curto possível, tendo consciência de que a ENESSE precisa de respostas urgentes assim como muitas outras coletividades do nosso concelho. O **Carlos Costa Gomes**, também sabe aquilo que nós precisamos no Pavilhão da Casa do Povo de Cesar, a PARC, em Pindelo também tem o mesmo tipo de dificuldades. Portanto, essas respostas são transversais a muitas Associações. Felizmente, e digo mesmo felizmente, que sentimos essas dificuldades, porque essas dificuldades significam que nós temos muitas associações e coletividades e muita promoção desportiva que obrigam a um esforço permanente de criação de condições para que elas se efetivem. Nessa perspetiva o que me apraz dizer é que tudo faremos para procurar criar essas respostas. Em relação às questões sobre o Serviço Municipal de Proteção Civil, eu não me canso de reafirmar que esse caminho que estamos a iniciar, e de forma determinada, mas estamos muito longe de o conseguir atingir. É evidente que este plano de segurança operacional do Mercado à Moda Antiga, cujo relatório vai ser avaliado pelos seus intervenientes, é um passo significativo no sentido de criarmos condições para termos segurança nos eventos que se realizam no nosso concelho. É evidente que o Dia Municipal do Bombeiro, que era algo que havia sido prometido há muitos anos assinalarmos esse dia de forma condigna, também foi algo que também já aconteceu neste curto espaço de tempo. O próprio Cartão Municipal do Bombeiro é algo que está a ser trabalhado. Portanto, vamos criar aqui um conjunto de respostas que são importantes, mas aquilo que importa, e como disse, é criar as condições de segurança para as pessoas e bens do Concelho. Esse é um trabalho complexo, que exige o esforço de todos, exige o contributo de quem tem experiência nessa matéria, e obviamente que a Comissão Municipal de Proteção Civil*

*já devia estar constituída. Mas mais importante, é que já devia estar constituída e plenamente consciente da importância do papel que desempenha no quadro da construção das respostas de segurança e proteção que temos que criar no nosso concelho. É muito importante que esta questão da Proteção Civil e esta questão da segurança seja trabalhada todos os dias, em todas as suas dimensões, não só na criação das estruturas, mas também na criação dos simulacros, na criação de respostas que temos que ter construídas no nosso Concelho para que, em caso de acidente, sinistro, ou outra ocorrência, tenhamos criadas respostas com prontidão que permitam, no mais curto espaço de tempo, acudirmos a quem precisa. Tenho consciência de que há muito por fazer, temos um longo caminho a percorrer; O programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” está a ser implementado e tivemos oportunidade de o apresentar no Lugar de Vilarinho de São Luís. É um contributo para as medidas de autoproteção que é importante criarmos nas zonas do concelho com maior sinistralidade como é o caso da freguesia de Palmaz, Ossela e também S. Martinho da Gândara. É um trabalho complexo que todos nós temos de construir. Suporte Imediato de Vida é algo a que nós temos direito. Confrontamos o INEM, confrontamos a Administração Geral de Saúde, envolvemos o Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, envolvemos o Ministério da Saúde. Na sequência da chamada de atenção que lhe agradeço ter feito nesta Assembleia, esta é uma resposta a que nós temos direito. Estamos a construí-la, a trabalhar no sentido que nos seja disponibilizado o meio, mas não é do meio que se trata, o problema são os recursos humanos. Portanto nós estamos a procurar que o Ministério da Saúde nos disponibilize as pessoas que são necessárias para que tenhamos esta resposta também no nosso Concelho. Terminar só esta questão dizendo que confio integralmente nas nossas duas Corporações de Bombeiros. Temos tido até ao momento, felizmente, nessas duas corporações, as respostas que precisamos para os muitos problemas no nosso concelho, e que não têm a ver necessariamente com a questão dos incêndios, mas também com a questão da sinistralidade e com um conjunto de serviços que os Bombeiros nos prestam e que muitas vezes não sabemos, ou não conseguimos avaliar. O que importa é que nós reiteremos essa confiança e que disponibilizemos condições para que as nossas Corporações de Bombeiros sejam elementos fundamentais nas respostas que temos que dar no nosso concelho. Em relação à intervenção do Senhor **Deputado Carlos Costa Gomes**: Eu não fiz nenhuma análise ao trabalho desenvolvido nos últimos meses. Quanto aos apoios, aquilo que nós temos andado a fazer é regularizar os apoios e manter em ordem o pagamento desses apoios. É evidente que continuamos com dificuldades de vária índole. Não podemos emprestar todos os palcos que nos pedem, não podemos disponibilizar todos os autocarros que nos solicitam, nem podemos emprestar todos os gradeamentos que nos pedem, nem podemos participar em tudo o que nos pedem porque é humana e financeiramente impossível. Muitos dos nossos recursos humanos, muitas das nossas equipas operativas que deviam estar a promover a qualificação e um conjunto de respostas no nosso território, estão neste momento afetadas ao nosso movimento associativo, cultural, desportivo, etc. Eu dou-lhe um exemplo que tem a ver precisamente com a ENESSE: nós estivemos a pagar os subsídios de apoio à ENESSE de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.*

Portanto, a ENESSE tinha todos estes apoios por liquidar desde 2014 e é esse o trabalho que temos que ter em dia para as associações saberem com aquilo que contam no início do seu plano de atividades. Definimos de forma clara aquilo que lhes queremos atribuir, e aquilo que é nossa obrigação, é colocar o dinheiro disponível para que possam honrar os compromissos em função do plano de atividades que nos propuseram. Limpeza das bermas: os nossos sapadores florestais, como sabe, estão afetos a limpezas de grande dimensão, e com grandes estruturas arbóreas, por vezes são chamados, e foi o que aconteceu neste caso, para dar resposta à degradação que está a ocorrer, eu diria que naturalmente perante as exigências da Proteção Civil são obrigados a responder a coisas, que enfim, a autarquia teria obrigação de conseguir fazer. Mas obviamente que os meios da autarquia têm estado a ser utilizados também para estas respostas de cumprimento e exigências da lei, e os Sapadores Florestais têm dado ajuda em zonas que nós consideramos que são importantes e cuja morosidade da intervenção obriga a equipas operativas altamente especializadas, como é o caso da zona do Pocinho ou a Via do Nordeste. Portanto, foi isso que aconteceu, estão a fazer uma operação profunda nas Margens do Caima. Entretanto já foram retirados de lá e posteriormente irão regressar. Nós estamos a falar de mais de dez mil hectares de intervenção, e quando temos como objetivo de intervenção para o ano 2018, 112 hectares, nós percebemos a dimensão da tarefa. Neste momento julgo que temos realizado 41 hectares, penso que aí conseguimos ver a dimensão e a complexidade da tarefa que temos de desempenhar, mas isso não quer dizer que não estejamos comprometidos e envolvidos na sua concretização. Sendo certo que o próprio Governo sabia antecipadamente que não teríamos capacidade de cumprir o prazo exigido. Como já disse, a preocupação foi colocar este assunto na agenda política nacional, no centro da preocupação dos Portugueses, no centro da preocupação dos Municípios. Portanto, essas respostas são respostas que estão a ser construídas. Quanto à entrada para a Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa, a suavização dessa entrada, o seu alargamento e a limpeza da vegetação, faz todo o sentido. O Senhor Vereador disse-me que já estava a trabalhar nisso. Agradeço desde já a sua sugestão e contributo, pois faz todo o sentido, no quadro da redefinição dos circuitos e de abrangência dos próprios Transportes Urbanos (TUAZ), levar o TUAZ aos nossos estabelecimentos de ensino superior, como faz sentido também levá-lo às nossas escolas básicas e secundárias e a todos os pontos que consideremos estratégicos para o transporte de pessoas. Em relação ao encerramento da Caixa Geral de Depósitos em Nogueira do Cravo, haveria muita coisa para dizer sobre as responsabilidades de um banco público naquilo que são as respostas de proximidade. Perceber se eventualmente encerrassem uma grande delegação da Caixa Geral de Depósitos em Lisboa, não conseguiríamos com essa poupança manter todas estas pequenas delegações que estão a encerrar. Isto é uma matéria estratégica que vem sido seguida pelo atual responsável, Paulo Macedo e que surge na sequência de uma imposição da Comissão Europeia para a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos com fundos totalmente públicos. Nós tivemos 587 balcões em 2017, menos 64 do que aqueles que tivemos em 2016 e vamos ainda encerrar 180 balcões em 2018, porque se quer ter 460 a 490 balcões no País. Vamos ter até

2020 o encerramento de mais 40 balcões. É evidente que isto é dramático para as populações, estes balcões são uma alavanca importante para o desenvolvimento regional. Lamento profundamente o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em Nogueira do Cravo, tive oportunidade de mandar uma carta ao Diretor não Executivo, Dr. Rui Vilar e uma carta também ao Dr. Paulo Macedo, manifestando a posição de repúdio, a posição de protesto da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em relação a esse encerramento. Recordo que já se tinha verificado o encerramento do balcão de Cucujães em fevereiro/março de 2017, e aquilo que está a acontecer é que estamos a concentrar as respostas da Caixa Geral de Depósitos unicamente na sede do concelho. Esta é uma matéria muito complexa, onde eu não perderia muito tempo, mas aquilo que estamos a fazer, é em conjugação com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, num espírito de total solidariedade, e tenho pena de não ter podido participar na manifestação, mas sim na assinatura do auto de consignação da ER227, mas demos autorização imediata para essa manifestação. Portanto, da parte do executivo camarário, obviamente que terá em nós um parceiro para a defesa dos interesses da população de Nogueira do Cravo não só neste caso, mas também desta região do concelho. Em relação à intervenção do Senhor **Deputado Fernando Pais**: não sei o que lhe dizer, sinceramente. Eu acho que foi completamente desenquadrada da realidade. Efetivamente, fico surpreendido por o Senhor ficar chocado com as condições que encontrou na Escola de Fajões. O Senhor é natural de Fajões, tem a obrigação de saber que há duas décadas que esta escola se vem degradando progressivamente. Não é de agora, não é de há dois dias, e se efetivamente havia uma preocupação genuína com a requalificação desta escola, o executivo anterior devia ter afeto todos os recursos para a requalificação desta escola. Por uma questão de respeito e de elevação que se deve no exercício da atividade política, eu não vou dizer quais são os motivos pelos quais acho que estas duas escolas, e este acordo foi, na minha opinião, irresponsavelmente assinado. Não lhe vou dizer quais são as razões, mas elas têm um pouco a ver com aquilo que devemos definitivamente erradicar da gestão pública e da atividade política. Senhor Deputado, a consciência desta requalificação devia manifestar-se, porque o Senhor sabe que este projeto de requalificação que custou mais de 100 mil euros, e que foi pago pela autarquia de Oliveira de Azeméis, visa apenas a construção de um edifício. Não vai resolver os problemas das outras salas de aula, dos blocos, não vai resolver sequer o problema do amianto, não vai resolver o problema dos contentores, nem o grave problema das infiltrações que acontecem em toda escola, mas com especial relevância no pavilhão. Portanto, Senhor Deputado, em matéria da importância que nós damos à necessidade da requalificação, estamos falados. Agora, deixe que lhe diga, isto é claramente uma arma de arremesso político, porque pessoas responsáveis atrevem-se a proferir declarações que são falsas. E estou-me a referir mais concretamente à visita dos Senhores Deputados do PSD a esta escola e à informação que produziram na sequência dessa visita, quando dizem que “...sucede que a reformulação do projeto elevou 1.9 milhões de euros o custo dos trabalhos...”. Senhor Deputado, não foi reformulado o projeto, o projeto que foi candidatado a concurso é exatamente o projeto que

herdamos do executivo anterior. Simplesmente os valores que estavam previstos são claramente insuficientes para a dimensão das obras que se pretendiam realizar. Senhor Deputado, se efetivamente queremos intervir nesta escola, o Senhor está preocupado, tem informação privilegiada, reconheço que não a tenho, fique a saber que estou a trabalhar intensamente na afetação dos recursos financeiros para ficarem disponíveis para aplicação integral no nosso Parque Escolar (a sua informação privilegiada que o leva a ter dúvidas acerca disso). Mas deixe que lhe diga o que podíamos ter feito para não correr riscos de devolver este dinheiro: podíamos ter evitado devolver meio milhão de euros do Centro Interpretativo do Vidro, podíamos ter evitado devolver 433 mil euros da Área Empresarial de Ul/Loureiro e tínhamos aqui precisamente um milhão de euros, que nós perdemos de fundos comunitários no último ano, para resolver o problema da Escola de Fajões. Essa é que é a realidade, é neste tipo de gestão que nós, executivo camarário, não embarcamos. Tranquilizo-o dizendo que tudo farei para não perdermos mais um cêntimo de fundos comunitários. Portanto, o Governo terá de se explicar à comunidade Oliveirense de forma muito clara se isso vier a acontecer, porque essas são verbas a que nós efetivamente temos direito, não nos está feito nenhum favor. Favor fizemos nós ao Governo com esse despacho que o Senhor acabou de ler, com esse “negócio da China” quando permitimos que o Governo, em vez de cumprir as suas obrigações, utilizasse recursos dos fundos comunitários a que nós tínhamos direito, por direito, para requalificar duas escolas que são da sua responsabilidade. Mas mais, o Senhor está enganado, para requalificar parcialmente essas escolas ficamos com a obrigação de as receber. Porque é essa a intenção do Governo. Nós não vamos ter o problema da renovação eventualmente do Programa “Aproximar Educação”, porque aí necessariamente teríamos que olhar para ele em toda a sua dimensão, e teríamos necessariamente que equacionar a introdução de alterações que permitem que ele tivesse uma eficácia completamente diferente. O que estamos a falar neste momento é do processo de descentralização de competências nesta matéria, portanto nessa perspetiva, temos aqui uma nova redefinição daquilo que são as competências dos municípios nesta matéria da Educação. Bom, mas eu não gostaria de perder mais tempo com isto. Agora Senhor Deputado, eu espero sinceramente que a ASAE visitando a escola, não a encerre, porque considero que aquela escola presta serviço de qualidade em todas as dimensões, apesar da degradação das instalações, a todo o público da escola. Quando falo do público, não estou a falar unicamente dos alunos, estou a falar dos auxiliares e dos professores, e quero crer que temos condições de higiene e salubridade. Portanto, não corremos esse risco, quero crer que não corremos esse risco. Mas deixe que lhe diga o seguinte e que é muito importante para que o Senhor perceba, o Senhor talvez devesse visitar a escola de Vilarinho, em Cesar, e ver o estado da cantina. E aí o Senhor perceberia a importância de não andarmos a gastar recursos da autarquia a resolver problemas que são do Estado Central. O Senhor devia fazer o mesmo com a Escola Maria Godinho, em Pindelo, e aí sim, perceberia a importância de intervirmos numa cobertura em que chove dentro das salas de aulas, como acontece na Escola de Lações e como acontece em muitos equipamentos do nosso concelho. Portanto Senhor Deputado, é evidente que nós temos um

conjunto de obrigações a que infelizmente não temos conseguido dar resposta. O Senhor disse e bem, porque é verdade, e eu vou citá-lo: "...a dificuldade de requalificação das escolas por parte do Estado é óbvia." O Senhor acabou de dizer isto e eu acrescentava: a dificuldade da requalificação das escolas por parte dos municípios é óbvia. Então se acrescenta dificuldades às que nós temos, não diga " Ó meu caro, pegue aí num milhão de euros, e resolva isso porque os Oliveirenses entendem". A escola é fundamental – todos de acordo, mas a gestão pública rigorosa e séria, é fundamental. O Estado é que tem esta obrigação, deve cumpri-la. E aqui o que estamos a fazer ao substituírmo-nos ao Estado, é permitir que os impostos dos oliveirenses se percam em detrimento de impostos de outros e são impostos dos outros que têm de ajudar a construir esta resposta em Oliveira de Azeméis. Isto não tem que ser feito unicamente à custa, unicamente, dos impostos dos Oliveirenses. É precisamente disto que se trata. Foi mau negócio. Foi uma coisa que nós não devíamos ter feito. Está feito, temos a obrigação de a resolver e é nisso que estamos a trabalhar, independentemente da Senhora Secretária de Estado ser mais ou menos difícil, ser mais ou menos complexa. Não é isso que nos interessa. Ela tem que nos ouvir e tem que responder àquilo que são os legítimos interesses da população escolar do Concelho de Oliveira de Azeméis. É nisso que estamos a trabalhar e é isso que vamos continuar a fazer não numa perspetiva de cidadania, mas porque gestão pública é isso mesmo. Eu não queria misturar aqui a escola de Fajões e a de Cucujães porque ambas as escolas, ambas as comunidades merecem-nos todo o respeito. O Senhor poderia questionar porque é que foram feitos um conjunto de investimentos no Auditório e no laboratório de Física, em Cucujães e porque é que não foram feitos em Fajões, já que a escola tinha muito piores condições? Não vamos fazer isso porque é tremendamente injusto. Devemos discutir isto no plano da construção de respostas para ambos os equipamentos. O Senhor sabe que tínhamos 1 275 000,00 € para cada uma das escolas. Dos 15% que são a comparticipação nacional, eram dívidas em iguais partes de 112 500,00€ pela DGEstE e pela Câmara Municipal, para além de termos a obrigação de pagar os projetos. O que acontece? Acontece que nós herdamos dois projetos, Ferreira da Silva e EBS de Fajões e lançamos os dois projetos a concurso. Como disse, e bem, é preciso 1.7 milhões de euros para a Escola Ferreira da Silva e são precisos mais de 2 milhões de euros para a escola de Fajões. Temos de tomar opções. Não temos dinheiro que chegue. Fomos falar com o Ministério. Face à ausência de resposta tomamos uma decisão: avançar com a escola Ferreira da Silva. Porquê? Porque a verba de 1.7 milhões de euros permite a requalificação integral da Escola. Ficamos em condições de a recebermos e a cuidarmos para o futuro. Mas tem outra particularidade: o caderno de encargos da escola de Fajões foi feito por nós e tivemos a preocupação de criarmos uma cláusula de salvaguarda (que não acontece na escola Ferreira da Silva) que caso a obra não se realize, a Câmara não tem que indemnizar o candidato vencedor. Tivemos essa preocupação. Porquê? Porque já tínhamos o resultado do concurso da primeira escola e tememos que os valores que estavam inscritos, a negociação que foi feita, fosse claramente insuficiente para dar resposta àquilo que eram as necessidades efetivas de intervenção nas duas escolas. Se a escola de Cucujães, que tinha muito menos necessidades,

*precisou de muito mais valor, nós percebemos que aquela verba para a escola de Fajões, que tinha muito mais necessidades, era claramente insuficiente, e tínhamos razão. Esse um milhão de euros é um terço da verba que é preciso para requalificar a escola de Fajões, tenhamos consciência disso, porque podemos estar a pensar que estamos a colocar em causa toda a escola de Fajões. O Senhor até agitou a questão do fecho da escola, eu não tenho esse tipo de postura nas coisas. Tenho uma postura no sentido de procurar resolver os problemas com que sou confrontado e resolvê-los com toda a seriedade. Repare: esta intervenção é para a construção de um bloco, não é para resolver o problema da escola. O problema da escola vai manter-se e portanto teria, mesmo assim, de continuar o esforço sério de influenciar a tutela para que requalificasse integralmente esta escola. Está tudo perdido? Não, eu não baixo os braços. Obviamente não me demito daquilo que é o meu papel, daquilo que são as minhas obrigações e o Senhor Diretor do Agrupamento está claramente empenhado em resolver o problema da sua escola., nem poderia ser de outra maneira. Para o Senhor Presidente do Agrupamento, como é para o Senhor Presidente da Câmara, é uma resposta para a população escolar, mas é também uma resposta para o desenvolvimento económico e social para aquela região. É isso que está em causa. Aquilo que tenho a certeza é que vou ter da parte do Senhor Diretor do Agrupamento a colaboração total para, juntos, convenceremos a tutela que esta escola precisa destes 4,5 milhões de euros e não 1.5 milhões de euros para ser integralmente requalificada. Senhor **Deputado Bruno Rodrigues**, de forma muito breve: felicita-lo pelo cargo para o qual foi eleito - Presidente da Juventude Social Democrata. Quanto à questão dos horários dos bares no concelho foi abordada, resolvida. Houve reuniões com a GNR, com os proprietários dos bares, foram articulados/afinados os horários de funcionamento, julgo que estão consensualizados e que são do agrado de todos. A questão dos limitadores acústicos comparticipados pela autarquia e que estão incluídos no regulamento que foi feito, não está prevista comparticipação da autarquia no apoio aos privados para introdução desse tipo de equipamentos. Eu percebo o que o Senhor diz. Não sei o custo desses equipamentos, mas efetivamente não o fizemos e digolhe uma coisa, não me sentiria confortável em assumir esse tipo de situações. Porque a mim, o que me preocupa por exemplo, é dotar todas as escolas que são da nossa responsabilidade de sistema automático de deteção de incêndio porque não existe numa grande maioria. Este é o tipo de preocupação que tem que estar no centro das preocupações. Portanto, reconhecendo a importância da instalação desse tipo de equipamentos para os proprietários e vizinhos dos proprietários, neste momento não está equacionado” =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, Manuel Rebelo.** =====*

===== “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. No passado dia 21 de junho, a freguesia de Nogueira do Cravo comemorou o 23º aniversário de elevação a Vila. Uma data importante para todos os Nogueirenses. Um aniversário que contou com a presença da Senhora Vereadora Inês Lamego, mas este 23º

aniversário fica marcado pela perda de mais um serviço de proximidade da nossa freguesia. Não querendo ser exaustivo, mas dizer que em 2007 perdemos o serviço de Finanças, perdemos o balcão dos CTT, para termos apenas uma loja dos CTT. Em 2016, como União de Freguesias, perdemos o Montepio em Pindelo e o Santander em Nogueira do Cravo. Em 2017 perdemos o Novo Banco em Nogueira do Cravo. Senhor Presidente, esta semana como é de domínio público, ficamos sem o único banco da freguesia. Com o encerramento da Caixa Geral de Depósitos perdemos também o único multibanco da freguesia. Dar nota que fizemos os possíveis para sensibilizar a Administração da Caixa Geral de Depósitos, chamámo-los para a importância do serviço de proximidade para uma União de Freguesias como a de Nogueira do Cravo e Pindelo que conta com um vasto tecido empresarial e não esquecendo a sua proximidade com outras freguesias a nordeste que viam na Caixa Geral de Depósitos uma resposta essencial. Mas os utilizadores dos serviços da Caixa Geral de Depósitos não eram só empresas. Não esquecendo os idosos e pessoas com mobilidade reduzida que agora se veem obrigados a procurar outras respostas. Relembra-los também que o encerramento da Caixa Geral de Depósitos tem antecipado o seu encerramento para o dia 28. Senhoras e Senhores deputados municipais: muito se trabalhou para que os Nogueirenses tivessem mais qualidade de vida através da proximidade de uma série de serviços que sempre tiveram ao dispor. Hoje resta-me agradecer uma vez mais, a capacidade empreendedora destas pessoas que sempre lutaram para que tivéssemos estes serviços. Iremos estar atentos e lutaremos para que o Centro de Saúde, a loja dos CTT e as escolas da freguesia continuem a ser uma realidade. Quisemos dar voz às nossas reivindicações na Assembleia da República e aqui o agradecimento à nossa Deputada Helga Correia, que como Oliveirense tomou conhecimento da situação e prontamente dirigiu uma pergunta ao Senhor Ministro das Finanças. Enviamos também uma carta ao Senhor Administrador da Caixa Geral de Depósitos onde mostramos a nossa indignação. Senhor Presidente, não nos podemos acomodar, não posso deixar de mostrar a minha preocupação com o nordeste do concelho que tem vindo a perder serviços de proximidade. Portanto, apelo que se tomem medidas no sentido de se garantir os serviços de proximidade na perspectiva que o Senhor Presidente vai zelar pela manutenção do Posto de Cesar e pela requalificação da Escola Básica e Secundária de Fajões. Para terminar, dizer que gostávamos de ver a concretização da implantação do saneamento, algo que já estava aprovado no passado e que apenas falta implementar no terreno. Muito obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Apenas para dizer que compreendo o Senhor Presidente da União de Freguesias. Aquilo que fizemos foi contactar os bancos e promover reuniões para termos pelo menos uma caixa multibanco a funcionar, porque nem isso ficou assegurado, e penso que temos condições para ter esse serviço. Concordo consigo, as populações e os concelhos têm sido alvo da redução de respostas de proximidade, algumas delas, convenhamos, fazem sentido terem acabado porque não tinham números que as justificassem, mas não é o caso. Estamos a falar de uma região com

grande atividade económica e social e dizer que são razões meramente económicas, números que justificam o encerramento, é vago e as devidas explicações não foram dadas. Portanto é lamentável esta atitude por parte da Caixa Geral de Depósitos, que enfim, vem cumprindo o plano que estabeleceu, mas que todos temos consciência que prejudica as populações.” =====

===== **Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Antes de passarmos à Ordem do Dia pedia autorização para acrescentar dois pontos na Ordem de Trabalhos devido ao seu caráter de urgência, a saber: **Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz – Aprovação**; e **Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar com a Freguesia de Fajões – Aprovação**”, merecendo os mesmos a concordância de todos os presentes, passando a constar da Ordem de Trabalhos sob os pontos números vinte e dois e vinte e três, respetivamente. =====

===== De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** informou sobre o tempo utilizado pelos intervenientes no “Período Antes da Ordem do Dia”, a saber: PSD, 37 minutos e 20 segundos; PS, 23 minutos e 48 segundos; CDS/PP, 9 minutos 53 segundos e o Independente, 7 minutos e seis segundos. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um: Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 28 de abril de 2018**; =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 5 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28.04.2018. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Costa Gomes. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD**. =====

===== “Senhora Presidente vou-me abster, pois não estive presente na última Assembleia.” =====

===== Colocada à votação, a ata n.º 5 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.04.2018, foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor e três abstenções. =

===== **Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município**; =====

===== Pela Assembleia Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Senhora Presidente, de forma muito breve: estamos a cumprir uma exigência legal e se existir alguma dúvida em relação à informação que é disponibilizada, estou cá para esclarecer. Obrigado.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Melo.*=====
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao*
Deputado Jorge Melo, do CDS/PP. =====
 ===== *“Senhor Presidente, uma observação a este plano: em primeiro lugar, uma*
observação geral ao primeiro quadro relativo ao PPI, sobressaem três pontos para os quais
solicitamos ao Senhor Presidente que nos dê uma explicação; Ponto um: muito baixa execução
verificada quanto aos investimentos da rubrica educação com uma previsão de 2 151 350,00€, e
um grau de execução de pouco mais de um quarto daquele valor – 26.99%; Ponto dois: o baixo
nível de execução para a rubrica reabilitação rural e urbana – 28.37% e uma dotação
orçamental na ordem dos 988 000,00€; Ponto três: na rubrica transportes e comunicações
sabemos que o aumento da dotação inicial de 1 000 000,00€ para 3 000 000,00€ se deveu ao
esforço pelo saldo de gerência do ano anterior, mas mais uma vez estamos a cerca de um quarto
do executado. Perguntamos ao Senhor Presidente se espera vir a cumprir a totalidade desta
despesa ainda este ano, pois sabemos que se destina essencialmente à reparação/recuperação
da rede viária que o nosso concelho tanto precisa. Obrigado.” =====
 ===== *A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao*
*Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior.* =====
 ===== *“Em relação às baixas execuções que aqui são referidas no PPI, muitas delas têm*
a ver com explicações óbvias. No caso da educação, a execução resulta fundamentalmente
nestes 300 000,00€ que acabei de referir no investimento nestas duas escolas (Cucujães e
Fajões). Depois de terminado o ano escolar as obras vão arrancar e serão um importante
contributo. Em relação à reabilitação urbana, tem a ver com o seguinte: não existem projetos na
Câmara Municipal para edificado da mesma. O que estamos neste momento é a acabar, e julgo
que ficou concluído, parte substancial do projeto de requalificação dos edifícios da antiga
Biblioteca e antigas Finanças. Até meados de julho teremos todos os projetos de especialidade
referentes a este edificado. Conto também, até final do mês de julho, ter o projeto para a
requalificação da antiga Escola de Artes e Ofícios e antiga Escola Superior de Enfermagem,
concluído. Até ao final do ano conto ter o projeto para o novo edifício dos Paços do Concelho
concluído. Serão estes projetos que depois de concluídos permitirão o lançamento da obra que
irá contribuir para a melhoria destes indicadores. É evidente que neste momento, mesmo tendo
capacidades financeiras, porque alocamos em sede de orçamento estas duas requalificações e
150 000,00€ a cada uma delas, não temos projetos feitos que permitam avançar com as obras. É
isso que estamos a fazer nesta primeira parte do ano, a concretização dos projetos para que no
segundo semestre tenhamos condições para avançar. A mesma coisa se passa com o Centro
Interpretativo do Vidro. Todo o seu projeto foi realizado, foram reformuladas áreas que tinham
a ver com as caixilharias, fomos pagando o adicional à equipa de projeto quanto às alterações
que nós fizemos e estamos à espera que até ao final do mês de julho nos sejam entregues os
projetos finais para que possamos avançar. Só quando tivermos essas respostas, vai permitir
que este indicador da requalificação urbana melhore substancialmente. Em termos de matéria

de transportes e comunicações: muito recentemente lançamos uma primeira fase de repavimentações no valor de 200 000,00€ e estamos a preparar uma segunda fase logo de seguida. Aquilo que nós queremos é que a nossa rede viária tenha uma intervenção planeada e estruturada. Esse trabalho está longe de estar concluído, o que estamos a fazer é dar respostas a alguns problemas mais sérios e todo o esforço que fizermos vai ser insuficiente devido ao estado de degradação de algumas vias. Estamos a estudar avançar com o concurso para requalificação e pintura das vias. A pintura das vias é um elemento importante de sinalização e que cria condições de segurança para automobilistas e peões. Realmente temos uma baixa execução do PPI, porque muito do plano resulta do esforço das candidaturas. Como sabem, somos o município da Área Metropolitana do Porto com a pior taxa de execução (de candidaturas). Estamos a procurar encontrar caminhos, mas repare, estamos em junho e ainda tenho dúvidas que consigamos avançar com as obras do Caracas. Da parte do projeto temos praticamente tudo feito. Tudo por causa do problema das cadeiras e da redução dos lugares que estavam projetadas. Porquê? Porque as cadeiras que estavam pensadas para lá, não cabem no espaço. O que é que acontece? Vamos perder mais sessenta lugares (ficaríamos com 430 lugares), ou então vamos criar uma cadeira específica que nos fica muito mais cara, e até duvido, dadas as suas dimensões, que dê conforto aos usuários. Temos uma entidade que faz a gestão deste tipo de equipamentos e que nos estão obrigar a adotar essas medidas e a “empurrar” para esse tipo de decisão. É uma questão muito complexa o próprio licenciamento do espaço. É muito moroso e estamos dependentes de terceiros para avançarmos. Por um lado, a ausência de projetos e por outro, a dificuldade que temos em avançarmos com estas candidaturas, estão a determinar uma execução deficiente do PPI.”

===== A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município. =====

*===== **Ponto três: Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos – Aprovação;** =====*
*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Inclusão de Novos Projetos no Plano Plurianual de Investimentos - Considerando que a inscrição de novas rubricas da despesa, resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental; Considerando que as revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados; Considerando que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as revisões ao Orçamento e às Opções do Plano; Considerando que, previsivelmente, durante o ano 2018, vão ter início novos projetos de investimento que não foram previstas no Orçamento e PPI 2018, o Projeto/Ação correspondente; Propõe-se a inscrição no PPI 2018-2021 dos seguintes projetos, com o cronograma financeiro de execução orçamental previsional: **1 - Projeto/Ação nº 92/2018, com a designação “Centro de Educação Ambiental e Atividades Comunitárias” – Classificação Económica 070301-Terrenos e 07030305-Parques e Jardins: 2018 – 354.000,00 €; 2019 – 1.192.000,00 €; 2020 – 692.000,00***

€; 2021 – 192.000,00 €; 2022 – 192.000,00 €; 2023 – 128.000,00 € - Total - 2.750.000,00 €. 2 - Projeto/Ação nº 93/2018, com a designação “Edifício para Espaço Multiusos” – Classificação Económica 07010301-Edifícios para Instalações de Serviços: 2018 – 2.500,00 €. 3 - Projeto/Ação nº 94/2018, com a designação “Infraestruturas para Nova Centralidade” - Classificação Económica 07010301-Edifícios para Instalação de Serviços: 2018 – 5.000,00 €. 4 - Projeto/Ação nº 95/2018, com a designação “Edifício para Oficinas Criativas” Classificação Económica 07010301-Edifícios para Instalação de Serviços: 2018 – 5.000,00 €. 5 - Projeto/Ação nº 96/2018, com a designação “Edifício para Centro de Cultura e Lazer” - Classificação Económica 07010301-Edifícios para Instalação de Serviços:2018 – 5.000,00 €. 6 - Projeto/Ação nº 97/2018, com a designação “Parque de Apoio à Zona Escolar e Desportiva” - Classificação Económica 070301-Terrenos e 07030305-Parques e Jardins:2018 – 2.500,00 €.”

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Estamos a pedir-vos que nos autorizem a inclusão deste conjunto de rúbricas no PPI. Na prática, aquilo que queremos, é ter a possibilidade de ter estas rúbricas inscritas no plano para podermos aceder a verbas comunitárias caso elas apareçam. E consigamos introduzir no PPI um conjunto de estratégias que queremos concretizar no nosso concelho, em todas as dimensões e que estão aqui referidas.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quatro: Renovação do Protocolo de subdelegação de competências das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) celebrados com os Agrupamentos de Escolas – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O protocolo assinado em 05/09/2016 com os Agrupamentos de Escolas do Concelho, cujo objeto visava, via subdelegação, a promoção e execução das atividades de enriquecimento curricular (AEC); - Que se mantêm os pressupostos de subdelegação, mostrando-se adequado que as AEC sejam asseguradas pelos Agrupamentos de Escolas, quer pelos fundamentos invocados, quer pela experiência demonstrada; - Que a cláusula 3ª do referido protocolo, prevê que a sua renovação, dependa de deliberação prévia do Órgão Executivo; Assim, propõe-se: - Nos termos e fundamentos retro citados, renovar por mais um ano letivo (2018/2019) a subdelegação que visa a promoção e subdelegação das atividades de enriquecimento curricular (AEC), com os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Oliveira de Azeméis. - Que se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====*“A proposta é elucidativa; estamos a falar da renovação por mais um ano (2018/2019) da subdelegação de competências dos agrupamentos de escolas para a produção destas atividades de enriquecimento curricular.”*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

=====***Ponto cinco: Redução de velocidade na Rua Centro Social – Macinhata da Seixa – Aprovação;***=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art.º 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido registado no E/9855/2018 da munícipe Ilda Pereira de Almeida. - Prevenir acidentes frente ao Centro Social e Paroquial Santo André; **Propõe:** a. Que seja aprovada a colocação de sinalização vertical no início da rua que avise da existência de crianças e também limite a velocidade. Sendo para isto preciso: Um sinal vertical A14 – Crianças, com a placa adicional, Mod. 1 – 50 m; e um sinal vertical C13 – Proibição de exceder a velocidade máxima de 30 quilómetros por hora. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*“Trata-se da colocação de um sinal limitador de velocidade e que se justifica por existir nas imediações um Centro Social”*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.*=====

=====***Ponto seis: Sinalização Horizontal de Proibição de Estacionamento, Rua da Pedra Verde e na Rua Ferreira de Castro – Macieira de Sarnes – Aprovação;***=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º1, alínea rr); - O pedido de proibição de estacionamento da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes para a Rua da Pedra Verde a seguir à rotunda no sentido S. João da Madeira – Macieira de Sarnes de modo a preservar os lancis. - A necessidade de evitar o estacionamento frente à única entrada possível, para a habitação do munícipe António Soares*

Teixeira, portador de deficiência motora, como se verifica no pedido registado no E/4981/2018. Propõe: a. A marcação de linha contínua de cor amarela – M12, nos termos do n.º 1 do Artigo 62.º do D. Regulamentar 22-A/98 de 1 de outubro, no troço da Rua da Pedra Verde, desde a rotunda até ao entroncamento com a Rua Alto das Casas; b. E com o comprimento de 6 m frente à entrada de acesso à garagem do n.º 132 da Rua Ferreira de Castro; Ambas na Freguesia de Macieira de Sarnes; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Trata-se de um pedido da Junta de Freguesia, para se proceder à marcação de uma linha continua no troço da Rua da Pedra Verde, desde a rotunda até ao entroncamento com a Rua Alto das Casas.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto sete: Alteração de sentido da Rua General Humberto Delgado, Oliveira de Azeméis – Aprovação;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - A experiência tida durante estes quase dois anos com o sentido atual (Poente – Nascente) da Rua General Humberto Delgado após a deliberação da proposta I/61551/2016 de 22/09/2016; - Considerando a opinião / reclamação da direção do Centro Escolar Soares Bastos e dos comerciantes localizados nessa rua, que na sua maioria consideram que esta rua funciona melhor com o sentido Nascente – poente da postura inicial; - Afigura-se mais conveniente alterar o sentido da Rua General Humberto Delgado para Nascente – Poente com acesso pela Av. Eng.º Arantes e Oliveira, conforme a postura geral de trânsito aprovada para Oliveira de Azeméis. Propõe: a. Repor a postura de trânsito na Rua General Humberto Delgado para o sentido Nascente – Poente, anulando a proposta de deliberação I/61551/2016 aprovada a 29/09/2016; b. Retirar os balizadores de borracha, o sinal D1a (Sentido obrigatório) e o sinal C11a (Proibição de virar à direita) existentes na Av. Eng.º Arantes e Oliveira; c. Retirar o sinal D1c (Sentido obrigatório) existente no início da rua Gen. Humberto Delgado, o sinal C1 (Sentido proibido) e os sinais vertical e horizontal B2 (paragem obrigatória) existentes no final da mesma. Inverter o sentido / localização dos restantes sinais verticais existentes nesta rua de acordo com a postura proposta. d. Colocar o sinal D2b (Sentidos obrigatórios possíveis) na Av. Eng.º Arantes e Oliveira antes do cruzamento com a Rua Gen. Humberto Delgado; o sinal C11b (Proibição de virar à

esquerda) na Rua Imprensa Oliveirense antes do cruzamento com a Rua Gen. Humberto Delgado; o sinal D1a (Sentido obrigatório) no início e o sinal B2 (paragem obrigatória) no fim da Rua Gen. Humberto Delgado. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Trata-se da reposição da postura de trânsito inicial. Entendemos que aquela rua faz sentido com a orientação Nascente-Poente, porque criamos um constrangimento muito grande na fluidez do trânsito, os mecos têm sido sucessivamente derrubados, o que demonstra que aquela solução não serve os interesses daquela zona. Apercebemo-nos também da perda de visibilidade devido ao quiosque que lá se encontra.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins, do PSD**. =====

=====
 ===== “Senhor Presidente da Câmara, qualquer que seja o sentido dado à Rua General Humberto Delgado, nunca nos livraremos da controvérsia porque não é fácil circular nos acessos a escolas de grandes dimensões, particularmente às chamadas horas de ponta, quando dezenas de viaturas procuram apanhar ou largar passageiros o mais próximo possível do portão principal. Apesar de consciente da falta de unanimidade à volta de qualquer solução que ali se implemente, fui surpreendido quando li a convocatória desta Assembleia e me deparei com o ponto sete. Como é possível que uma alteração operada há tão pouco tempo (menos de dois anos) já tenha de ser revertida? Mais, aquela alteração teve por base pareceres favoráveis da GNR e dos Bombeiros, entidades que, a par de técnicos da matéria, integravam a Comissão Municipal de Trânsito. Ao invés, a proposta que aqui é apresentada agora não refere qualquer parecer técnico que a sustente, referindo apenas as reclamações da Direção do Agrupamento Soares Basto e dos comerciantes da rua. Por outro lado, a leitura que fazemos da documentação remetida aos membros desta assembleia vai exatamente no sentido contrário ao que aqui se quer fazer aprovar, porque em anexo à proposta surge a fundamentação daquela que a Câmara aprovou em 2016. Em resumo, incrédulos relativamente à melhoria que a proposta pretende, mas sobretudo desprovidos de fundamentação para validar a alteração, vamos optar pela abstenção.” =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

=====
 ===== “A Câmara Municipal é a responsável pelas posturas de trânsito em Oliveira de Azeméis e aquilo que entendemos é que a postura que foi adotada não resolveu o problema que devia resolver, e criou uma série de constrangimentos. É evidente que as posturas de trânsito

não devem ser mudadas constantemente porque criam dificuldades às pessoas e até há um período de habituação complexo. Antes de alterarmos as posturas de trânsito temos de refletir profundamente. Tivemos um período de dois anos, onde o que temos na Avenida Eng.º Arantes e Oliveira não nos agrada. Nós vemos a dificuldade que têm as viaturas de maior dimensão em contornarem aquele espaço. Nós criamos um constrangimento, e eu tenho a certeza absoluta que a alteração no sentido de trânsito vai resolver esta situação de uma vez por todas. Vale a pena tentar.” =====

===== **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto sete à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: - vinte e dois votos a favor e treze abstenções. =====

===== **Ponto oito: Desafetação de domínio público na Rua da Vidigueira, freguesia de Loureiro – Alteração do Alvará nº 11/94 – Retificação de deliberação – Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que : Os requerentes Sérgio Manuel da Silva Pinho e Outra, solicitaram uma alteração ao alvará de loteamento 11/94. No âmbito dessa alteração chegou-se à conclusão que o deferimento da pretensão implicava a desafetação do domínio público de parcelas na Rua da Vidigueira, 27m2 e a cedência ao domínio publico na Rua do Freixo, 16.9m2. Tal desafetação e cedência foram aprovados em assembleia municipal de 30.04.2014. Acontece que regressando o processo as medições verificou-se haver um erro de medição, constatando-se que a parcela da Vidigueira era de 26.20m2 e a cedência da Rua do Freixo é de 22.60m2. As novas parcelas foram avaliadas. Assim, impõe-se remeter a Assembleia municipal a proposta de retificação da deliberação tomada em 30.04.2014, no sentido que a área a desafetar na Rua da Vidigueira é de 26,20m2 e a cedência ao domínio público na rua do Freixo é de 22.60m2.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *“Julgo que os considerandos são bastante claros; no âmbito do processo verificou-se que as áreas que estão aqui referidas estavam erradas e solicitamos autorização para proceder à sua correção e concluir o processo.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== **A Senhora Presidente Assembleia Municipal** colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto nove: Delimitação da Área de Reabilitação do Centro Vidreiro – Aprovação:** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A Camara Municipal deliberou em reunião de 27.08.2015: - a delimitação da ARU do Centro Vidreiro; - aceitar por uma operação de reabilitação urbana sistemática, por instrumento próprio. Remetida para a Assembleia Municipal a mesma foi aprovada em assembleia de 07.09.2015. De acordo com o normativo aplicável a ARU teria de ser publicada em Diário da Republica no prazo de 3 anos, onde se imponha a definição do programa da operação de reabilitação urbana*

(ORU). A elaboração do programa onde consta a ORU não foi elaborado, pelo que não foram definidas estratégias e ações estruturantes, do programa de investimento público e do programa de financiamento o qual deverá indicar uma estimativa dos custos totais, o que implica a existência/elaboração de projetos e respetivas estimativas orçamentais (art.º 33º do RJRU). Tal não foi feito. Acresce ainda que, em resultado de pretensões apresentadas pelos proprietários de prédios naquela zona e pela vontade de englobar o parque nessa mesma área, constatou-se que a delimitação aprovada não corresponde às necessidades, impondo-se uma redefinição da delimitação desta ARU. Assim, e considerando: 1. O dever das autarquias locais em promover a reabilitação urbana (art.º 5º do Dec. Lei 307/09, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela lei 32/12 de 14 de agosto); 2. A política municipal defendida para a reabilitação urbana, expressa no “Plano Municipal para a Reabilitação Urbana de Oliveira de Azeméis 2013-2028 (I/84641/2013); 3. Que a delimitação de uma área de reabilitação urbana apresenta vantagens para todos os agentes intervenientes do território, e que urge requalificar o espaço da área envolvente ao centro vidreiro; 4. E ainda que tal delimitação terá de ser definido num modelo de gestão; Propõe: Remeter à Assembleia Municipal a revogação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Vidreiro aprovada em 07.09.2015; Aceitar a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Vidreiro (I/38372/2018 em anexo) que inclui os critérios da delimitação, a respetiva delimitação, a identificação dos objetivos estratégicos a prosseguir, bem como o quadro dos benefícios fiscais); A aceitação de se optar por uma operação de reabilitação urbana sistemática, por instrumento próprio.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Nós temos duas áreas de reabilitação urbana na nossa cidade, uma delas numa zona central e esta no Centro Vidreiro. Esta ARU foi aprovada em 2015 mas nunca foi publicada em Diário da República. Entretanto surgiram intenções de investimento em zonas próximas desta ARU no Centro Vidreiro. Ao fazê-lo estamos a acolher a possibilidade que algumas isenções que se pretendem nesta zona possam ter acolhimento no âmbito das situações previstas nas áreas de reabilitação urbana e incluirmos, por exemplo, a Estalagem São Miguel, nesta nova área que acabamos de definir.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.

=====
 ===== A Senhora **Presidente Assembleia Municipal** colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto dez: Normas/Diretrizes e Procedimentos para Atribuição de Apoios ao Desporto – Aprovação;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando, - As atribuições dos municípios em matéria tempos livres e desporto (alínea f), do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações) incumbindo-lhes a promoção e generalização da atividade física enquanto instrumento essencial para a melhoria

da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos; - Incumbe às Autarquias Locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos – n.º 1, art.º 6.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto); -O reconhecimento, pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, da importância da prática de atividades desportivas para a saúde física, mental e social e bem-estar dos indivíduos e comunidades, e que se tem traduzido na concretização de uma sólida política de promoção do desporto em estreita articulação e proximidade com os clubes/associações e com os praticantes das diversas modalidades desportivas com especial incidência na população mais jovem criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - A necessidade de uniformização de procedimentos para garantir uma eficaz, transparente mobilização e utilização dos recursos e bens públicos com vista à sua otimização e prossecução do interesse público dos referidos apoios/subvenções desportivas, garantindo o controlo dos apoios e o respeito designadamente do princípio da legalidade, transparência, igualdade, não discriminação e prossecução do interesse público; - Que esta matéria está excluída da contratação, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c)) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de agosto; - Neste contexto, pretende o Município de Oliveira de Azeméis reconhecer o papel social insubstituível que os clubes/associações desportivas, através dos seus dirigentes, técnicos e demais agentes desportivos desempenham nas suas comunidades; Assim propõe-se, Que, ao abrigo do disposto do n.º 4 do artigo 136.º do CPA, conjugado com a alínea o) e u) do n.º1 do artigo 33.º Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, a Lei 5/2007 de 16 janeiro e o Dec. Lei 273/2009 de 01 de outubro, a Câmara delibere aprovar as Normas / Diretrizes de Procedimento para atribuição de apoios ao Desporto, nos termos constantes do documento anexo (que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== “São um conjunto de normas e diretrizes que regulam os apoios, e neste caso, às coletividades desportivas. Isto é um documento embrionário no sentido de termos um regulamento mais tarde que nos permita regular tudo aquilo que é a relação entre a autarquia e as coletividades/associações/instituições através de um documento que inclua toda a prestação de apoio de subsídios e não apenas estes dirigidos ao desporto. É esse trabalho que estamos a fazer, durante estes oito meses conseguimos criar este documento. Recebeu os contributos do Senhor Vereador Rui Lopes a quem agradeço. Não é perfeito, mas é um documento que deve ser remetido à Assembleia Municipal, porque entendemos que também terá contributos importantes

para acrescentar a este documento. Queremos ter critérios que promovam a equidade entre as coletividades/associações/instituições na atribuição de subsídios.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de inscrição de Carlos Costa Gomes, Nuno Jesus e Albino Martins. =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.** =====*

===== “Senhora Presidente, a Bancada do PSD felicita o executivo por esta iniciativa e por este documento, com normas objetivas ao apoio do desporto. Reforçar as palavras do Senhor Presidente da Câmara no sentido de haver uma colaboração da Assembleia Municipal, que como disse, não é um documento fechado, é um documento embrionário. O documento chegou-nos a semana passada, não houve tempo para olhar atentamente o documento e trazer contributos para o mesmo. Assim penso que seria mais benéfico, não votarmos hoje e discuti-lo mais à frente para que todos possamos contribuir. Fica aqui a sugestão. Obrigado.” =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Nuno Jesus, do PS.** =====*

===== “Muito bom dia Senhora Presidente, com a sua autorização cumprimentar todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, nosso anfitrião. Estamos aqui perante uma matéria estruturante, e eu não posso deixar de referir que no passado, o Partido Socialista nesta matéria do desporto nunca foi oposição mas sempre propôs esta solução. Trata-se de um documento com regras transparentes, e embora seja ainda embrionário, não deixa de ser um bom suporte à gestão, quer do município, quer das entidades que têm o desporto na sua atividade. Destacá-riamos porque achamos que é importante a definição de regras para apoio a desportistas individuais, ou seja, não só as coletividades, mas também os praticantes individuais saberem com aquilo que podem contar da autarquia. Destacamos também a definição com regras claras de apoio técnico e também a infraestruturas desportivas. Quanto a esta proposta do Dr. Carlos Costa Gomes sobre a retirada deste ponto: entendemos que na realidade não existe essa necessidade pois tal como diz o Senhor Presidente da Câmara, este documento é uma base de trabalho, e pode e deve ser melhorada. Isto não se trata de um regulamento. É um documento – Normas e Diretrizes – que não será impeditivo de futuramente ser feito trabalho para um documento final mais abrangente. Duas questões muito rápidas: visto que o Senhor Presidente disse que houve uma regularização de apoios que estavam em atraso desde 2014 – pergunto: aconteceu o mesmo aos apoios ao desporto? Foram efetuados pagamentos relativos a apoios concedidos em anos anteriores? Gostaria ainda de questionar de que forma é que está ser feito o enquadramento das normas e diretrizes quanto à época desportiva que terminou, quer na preparação da nova época desportiva, ou seja, de que forma é que estão a ser concretizados estes apoios, para a definição da nova época desportiva por parte dos dirigentes?” =====

*===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

=====
 “O objetivo dos apoios que estão a ser dados já tem por base estes princípios que estão aqui plasmados. Eu já tive oportunidade de sublinhar que os princípios que estão aqui podem não ser os melhores, mas são os que existem. Porque é importante aprovarmos este documento? Porque é fundamental? Por uma questão muito simples: nos últimos dois mandatos, passamos oito anos a falar de um regulamento que estava prestes a ser concluído e que ia ser apresentado em reunião camarária. Tivemos uma inspeção-geral das Finanças que alertou para esta situação dos apoios e dos subsídios que não são feitos com base num documento explicador e/ou compromisso da autarquia em produzir esse documento. Até agora não o fez, e neste momento na Câmara Municipal temos uma nova inspeção-geral das Finanças que está novamente a avaliar/fiscalizar todas estas matérias a nível de apoios e subsídios. O que eu lhes quero dizer com isto é o seguinte: este executivo não fará, nem estará disponível para promover todos os apoios de um conjunto de coletividades que estão à espera neste momento, para verem as suas instalações desportivas melhoradas. Nós temos um pacote de 300.000,00€ para investir na melhoria de um conjunto de coletividades desportivas do nosso concelho. E esse apoio não se efetivará sem nós termos o conforto de termos um documento que como já disse e volto a sublinhar, não é perfeito, mas que nos dá um enorme conforto (a nós executivo e a vocês órgão deliberativo) em relação a sabermos o que estamos a fazer. Porquê? Porque existe um documento (bom ou mau) que define os critérios que estão presentes na atribuição dos apoios/subsídios. Isto é fundamental, e por isso é que este documento vos foi apresentado, na perspetiva de termos algo que nos permita regular o que temos vindo a fazer de há muitos anos a esta parte. Mas por outro lado, também pedimos que o melhorem com os vossos contributos. Já aqui foi dito e bem, pelo **Deputado Carlos Costa Gomes**, que é importante que estas normas e diretrizes evoluam no sentido de termos um verdadeiro regulamento, abrangente em todas as áreas/dimensões de atividades e que nós queremos que mereçam o apoio da autarquia. Nessa perspetiva, este foi o primeiro passo no sentido de começarmos a desenvolver esse caminho, o qual também está a ser trabalhado no domínio dos apoios sociais e será também no domínio dos apoios culturais – às associações recreativas e de lazer. Mas a urgência das intervenções que existem em equipamentos desportivos levou-nos a avançar primeiro nesta direção que será o documento embrionário para o documento final que vai abranger todas as áreas.” =====

=====
 A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====

=====
 “Obrigado. Não sou nenhum especialista nesta área, mas tenho alguma experiência porque o regulamento existente anteriormente é do meu tempo. Nós entendemos que este instrumento é muito importante, por isso é que foi aqui feita a proposta de ser retirado este ponto, para podermos estudar melhor e trazer contributos. Não temos nada contra, pelo contrário. Agora entendemos que apesar de grande importância, o que importa não são as normas nem as diretrizes, o que importa é o regulamento. Esse regulamento tem que seguir uma série de trâmites inclusivamente legais, e depois vir à Assembleia para ser aprovado finalmente.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== “Já falamos aqui da importância do regulamento e as necessidades das coletividades não são compatíveis com a demora da elaboração e aprovação do regulamento final. Senhor Deputado, existem casos objetivos com urgências prementes de um conjunto de coletividades, algumas até aqui de São Roque que precisam do regulamento para enquadrar o apoio que lhe pretendemos atribuir. Os serviços sugeriram que estas normas e diretrizes devam ser aprovadas em assembleia, para ter eficácia legislativa, digamos assim. Não sendo estas normas e diretrizes penalizadoras daquilo que é a relação da autarquia e as coletividades desportivas neste caso, eu não vejo nenhum problema na sua aprovação. Como eu justifiquei este é um documento que vai evoluir para um regulamento que todos nós queremos que seja submetido a discussão pública e siga toda a tramitação antes de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal. O problema é que nós estamos a ser confrontados com inúmeras questões de grande complexidade, tínhamos coisas que custavam 120 000,00€ e 300 000,00€ noutra, sem explicação. E o que nós queremos é que exista uma explicação para os apoios que estamos a atribuir. E essa explicação – é esta, pode não ser a melhor, mas tem critérios de racionalidade que poderá ser discutível naturalmente. Temos aqui o ponto de partida para um trabalho de gestão e com explicação se necessário for quando, quando formos confrontados pelas entidades que fiscalizam a Câmara Municipal e a sua atividade. Não me parece, sinceramente que resulte grande mal no mundo se esta assembleia aprovar este documento, sendo ele apenas um documento disciplinador como foram as regras disciplinadoras da Biblioteca do seu tempo que nunca foram transformadas em regulamento. Elas vão, finalmente ser transformadas em regulamento após estes anos todos.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Albino Martins**, do PSD. =====

===== “Senhor Presidente, só para dizer que a nossa intenção de voto – abstenção, se irá alterar; pois não custa nada votar a favor para não impedir que os apoios possam ser atribuídos.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze: Minuta de Memorando de Entendimento com a Província de Wuhan (China) – Ratificação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (art.º 2º do Anexo à Lei n.º75/2013, de 12.09); - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio da promoção do desenvolvimento e da cooperação externa (alínea l) e p) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo à citada Lei n.º75/2013, de 12.09); - O objetivo de fortalecer e aprofundar a relação amigável institucional existente entre as duas cidades - Wuhan e Oliveira de Azeméis, incluindo o intercâmbio e cooperação designadamente,

governamental, comercial, empresarial, educativa, cultural, desportiva, turística, o que se traduzirá em benefícios para a população; - O reconhecido interesse público municipal na colaboração, cooperação e intercâmbio nos vários domínios, bem como na promoção internacional do nosso concelho; - A intenção de se proceder à assinatura no próximo dia 22 de junho; - Que a próxima sessão da Assembleia Municipal ocorrerá no dia 30 de junho corrente, pelo que terá o mesmo de ser posteriormente ratificado ao abrigo do disposto no art.º 164º do C.P.A. Ao abrigo do art.º2º; n.º 1 e alínea l) e p) do n.º2 do art.º 23º; da alínea k) do n.º2 do art.º 25º; alínea t), ff) e aaa) do n.º1 do art.º 33.º todos do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, Propõe: - A aprovação da minuta de Memorando de Entendimento (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) com a cidade de Wuhan, nos termos, fundamentos, condições e fins ali estabelecidas e respetiva autorização.” =====
===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
===== “Senhores Deputados, isto é um memorando de cooperação com a província de Wuhan. Uma província enormíssima com uma população superior à portuguesa, com um PIB superior ao PIB nacional, e estamos aqui a assinar um acordo de cooperação que nós gostávamos muito que se materializasse. Em resultado da assinatura deste memorando fomos convidados a participar de um grande fórum económico e social que vai acontecer e é nossa intenção participar. Com certeza que essa experiência nos vai enriquecer com o contacto de uma realidade económica e cultural muito diferente da nossa. Estes são parceiros comerciais que todos nós gostamos de ter e com quem queremos aprofundar relações.” =====
===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o memorando a que se refere a proposta apresentada =====
===== **Ponto doze: Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis – Término de Contrato – Aprovação;** =====
===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A comunicação da Transdev (E/11364/2018) datada de 24.04.2018; 2. Que a mesma solicita a atualização com base no IPC conforme clausula 8ª do Cadernos de Encargos, bem como uma indemnização compensatória pelo incremento de 750 metros à rede existente operacionalizada em 2013 a pedido do Vereador do Pelouro à data, Dr. Pedro Marques; 3. O parecer jurídico (I/38665/2018); 4. Após análise do quadro relativo à atualização do preço dos bilhetes, se verificou que o valor correto é 5326.60 euros e não 6793.99 euros, calculado e confirmado no simulador do INE; 5. A existência de rendas da concessão por liquidar, no valor de 4384,80 euros; Propõe: a) Ao abrigo das alíneas g) e h) do n.º1 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro a aprovação da despesa e pagamento dos seguintes valores: 1. Atualização do preço dos bilhetes – 5326.60 euros; 2. Incremento de rede – 12.51563 euros; b) A emissão da fatura referente as rendas no valor de 4384.80 euros.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Já falamos aqui sobre este assunto. É a resolução do problema do SIM. Temos aqui os considerandos que nos motivam a isto. A revisão contratual da Câmara como sabem, é complicada, estávamos desde agosto de 2017 com serviços a serem prestados sem termos a situação regularizada – está resolvida agora. O município e o operador estavam em dívida um para com o outro. Estamos a fazer um encontro de pontos onde nós pagamos a atualização de preços que nos foi pedida e descontamos os valores das rendas, descontamos aquilo que poupamos ao rescindir atempadamente o SIM, e isso resulta não só a favor do operador, mas também do município.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação Financeira a celebrar com a Freguesia de Cucujães – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O teor do ofício da Freguesia de Cucujães, pelo qual solicita apoio para as obras de: requalificação no salão Nobre da Junta e de remodelação nos sanitários públicos do largo da Igreja; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia, - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto;- A designação do Eng. Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 e k) do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; Propõe: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de Cooperação Financeira celebrar com a Freguesia de Cucujães (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível número 1141/2018, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Trata-se de um contrato interadministrativo de cooperação financeira com a freguesia de Cucujães, para apoiar as obras de requalificação do Salão Nobre e as obras que estão a ser levadas a cabo nos sanitários públicos frente à Capela Mortuária de Cucujães.” ==

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Fernando Pais, Simão Godinho e Jorge Melo. =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Fernando Pais, do PSD.** =====

=====
 ===== “Dito dessa forma Senhor Presidente, eu queria perguntar-lhe uma coisa porque de facto, essa comparticipação no Salão Nobre até 10 000,00€ não temos qualquer tipo de objecção. Mas suscitou uma questão: os 30 000,00€ que são investidos no largo da igreja. Mediante as informações que obtive, estas obras que irão ser feitas, incluindo os sanitários, são numa propriedade que é da Fábrica da Igreja de Cucujães. E tanto quanto ouvi, parece que aqui no contrato de comodato com a Junta de Freguesia, é no sentido de a ajudar a utilizar essas instalações. Não temos conhecimento do contrato de comodato, não sabemos quais são os termos do contrato e se houver contrato de comodato, se ficou salvaguardada alguma cláusula relativamente às obras. A nossa bancada tem algumas dúvidas, porque não posso estar a votar um documento quando sei que vão fazer obras em propriedade que é privada. Necessito de uma explicação do Senhor Presidente sobre estas obras em relação aos sanitários e gostava que nos disponibilizassem o contrato de comodato e a deliberação da Assembleia de Freguesia de Cucujães. É só por uma questão de transparência. Obrigado.” =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

=====
 ===== “Nós baseamos as nossas relações com as Juntas de Freguesia em relações de confiança. Nós não chegamos a uma Junta de Freguesia para fazer obras se não temos titularidade para as fazer. As pessoas intervenientes são responsáveis, o Senhor Presidente de Junta é responsável, e à cautela para essa preocupação, ao contrário do que diz, não se intervém em espaços alheios. Faz-se depois de se salvaguardar um conjunto de exigências que têm que ter para fazer esse tipo de intervenções. Daquilo que me é dado a saber, e que foi conversado nas reuniões de Câmara, existe protocolo de cedência para o uso do solo e existe também esse contrato de comodato que permite que a Junta de Freguesia promova essas obras. Porque eu não quero acreditar que a Junta de Freguesia de Cucujães destruiu as casas de banho que lá estavam sem ter autorização para o fazer e depois faz um investimento público substancial na sua requalificação onde não tem direito de usufruto.” =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães – Simão Godinho.** =====

=====
 ===== “Boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Amaro Simões, nosso anfitrião. Cabe-me dizer que foi feita uma cedência do espaço público por parte da Comissão Fabriqueira à Junta de Freguesia e que foi aprovada em Assembleia de Freguesia. Portanto, isso é transparente. Também vos posso dizer, que à posteriori foi feito um contrato de

comodato pelo período de trinta anos, para não ser feita uma escritura pública (para não implicar gastos).”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder o uso da palavra ao **Deputado Fernando Pais**, do PSD. =====

=====
 ===== “Senhor Presidente, não estou nada em desacordo com o apoio que está a ser feito. Agora, acho que neste domínio nós devíamos ter aqui a deliberação tomada na Assembleia de Freguesia e o Contrato de Comodato.” =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao **Deputado Jorge Melo**, do CDS/PP. =====

=====
 ===== “Declaração de Voto: Senhora Presidente a abstenção do CDS/PP, parte das mesmas reservas levantadas aqui pelo Senhor Deputado Fernando Pais. Portanto, não está aqui em questão a atribuição de apoios, mas sim esclarecermos esta situação. Por precaução preferimos abster-nos.” =====

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: dezanove votos a favor e quinze abstenções. =====

=====
 ===== **Ponto catorze: Minuta de Protocolo de Colaboração com a Autoridade Tributária – Direção de Finanças de Aveiro – Aprovação;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
 - a Autoridade Tributária é responsável pela administração e cobrança de vários tributos cujo produto constitui receita própria dos municípios, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama Municipal; - os impostos e outros tributos autárquicos, liquidados e cobrados no âmbito da atividade desenvolvida pela AT, têm reflexo direto na arrecadação de receitas por parte dos municípios, representando, quanto ao Município de Oliveira de Azeméis, 37,2% das suas receitas correntes anuais, no ano de 2017; - a receita dos Impostos Municipais, a qual é transferida pela AT aos Municípios, nos termos do nº 5 do artigo 17.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e demais legislação aplicável, constitui uma parte fundamental da sua receita; - a administração e cobrança de impostos e outros tributos municipais integram os objetivos do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da AT, havendo, por isso, interesse recíproco relativamente ao aumento da eficiência e eficácia da AT na administração e cobrança dos impostos em causa; - é necessário otimizar a liquidação e cobrança, designadamente melhorando a qualidade da informação ao nível do património de base a liquidação e reforçando a capacidade humana na recuperação da dívida e cobrança coerciva nos impostos municipais; - os Municípios detêm informação que permite a otimização das bases de liquidação de tributos dependentes do património, a qual deve inclusive ser facultada à AT nos termos da lei, pelo que urge operacionalização de procedimentos que garantam atualização tempestiva e sistemática desta informação; - é premente atuar de uma forma mais ativa na fiscalização das situações suscetíveis de incumprimento, designadamente a

caducidade das isenções de que os sujeitos passivos beneficiam ou beneficiavam ou outras omissões declarativas, bem como a necessidade de confrontação entre os factos declarados e a situação real; - os Municípios detêm um conhecimento privilegiado sobre o espaço, sobre processos urbanísticos, incluindo licenciamento e situações de isenções relativos aos prédios que podem ter impacto na base de liquidação designadamente de tributos dependentes do património; - é do interesse coletivo que, no âmbito do dever de cooperação entre entidades públicas, se estabeleça entre a AT e os Municípios portugueses uma estreita cooperação no sentido da consecução do interesse público, nomeadamente, no que respeita à arrecadação dos tributos cujo produto constituam receita própria dos municípios, - quer no âmbito das respetivas atribuições/competências municipais em matéria tributária, bem como pelos seus efeitos de vigência e renovação automática (cl^a 6^a), ao abrigo da alínea c) do n.º1 e k), do n.º 2, do Art.º 25º, e alínea r), do n.º 1, Art.º 33º, do anexo I, da Lei 75/2013 e posteriores alterações, conjugado com os artºs 15º, 17º e 19º da Lei n.º 73/2013 e posteriores alterações.” **Propõe:** - A aprovação das minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Autoridade Tributária-Direção de Finanças de Aveiro (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e condições ali estabelecidas.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Meus Senhores, nós sabemos quais são as competências da Câmara Municipal e da Autoridade Tributária. A Autoridade Tributária tem mostrado dificuldades em fazer cumprir a lei e aquilo que estamos aqui a fazer, é disponibilizar colaboradores da autarquia no sentido de criarmos respostas que combatam esse incumprimento e melhorem a receção de impostos. Porquê da decisão da Câmara Municipal? É muito simples: temos no nosso concelho muitas empresas que não pagam impostos. E cada um de nós nas suas casas não se consegue livrar disso e todos os anos nesta altura vamos pagar. Estamos a falar de receitas, que julgo que sejam substanciais, porque a Autoridade Tributária não tem capacidade interna para fazer todas as regularizações que resultam da informação que a Câmara Municipal lhe disponibiliza. Há a necessidade de fazer estas regularizações. A Autoridade Tributária não tem meios e nós (Câmara Municipal) estamos a disponibilizar meios e recursos humanos. Este tipo de cooperação já tem sido instituído entre outras autarquias e a Autoridade Tributária.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze: Prestação de Serviços de Transportes Escolares em Carreiras Públicas para o Ano Letivo 2018/2019 (Procº 60/2018-PI/3206/2018) – Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que tendo por base a RQI n.º 1776, se torna necessário assegurar a prestação de serviços de transportes escolares em carreiras públicas, para o ano letivo 2018/2019; - Que, nos termos das

alíneas c) e d), do n.º 2, do artigo 23º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, bem como na educação; - Que, nos termos da alínea gg), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, bem como nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de setembro e posteriores alterações, compete à Câmara Municipal assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; - Que, nos termos do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo; - Que nos termos da Lei n.º 52/2015 de 9 de junho, foi celebrado a 1 de abril de 2016 um “Contrato interadministrativo de delegação de competências” (aprovado pelo Órgãos Executivo e Deliberativo, a 19 e 26 de novembro de 2015, respetivamente), no qual o Município de Oliveira de Azeméis delega na Área Metropolitana do Porto (AMP) as competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros; - Que compete à AMP indicar os operadores autorizados nos percursos objeto do presente procedimento, nos termos do previsto referido contrato interadministrativo de delegação de competências. - Que o plano municipal de transporte escolar já se encontra organizado e aprovado em reunião de Câmara de 1 de junho de 2018 (Proposta de Deliberação n.º I/33282/2018); - Que, nos termos do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e posteriores alterações, os cartões para os passes escolares serão requisitados anualmente às empresas transportadoras, pela Câmara Municipal; - Que o valor global estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 438.629,71 (quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte e nove euros e setenta e um cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2018 (setembro a dezembro) prevê-se uma verba de EUR 174.737,26 (cento e setenta e quatro mil, setecentos e trinta e sete euros e vinte e seis cêntimos) e para o ano 2019 (janeiro a junho) prevê-se uma verba de EUR 263.892,45 (duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e dois euros e quarenta e cinco cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2018 encontra-se cabimentado na rubrica 02021001, pela Proposta de Cabimento n.º 958 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1636. - Que a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2017, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2018, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2018, na rubrica 020210 – Transportes, cujo valor máximo para 2018 é de EUR 341.100,00 e para 2019 é de EUR 350.000,00. - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais

aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na subalínea iii), da alínea e), do número 1, do artigo 24º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Perante o exposto, propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a **repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico**, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “A Senhora Presidente já disse tudo; estamos a aprovar a prestação de serviços de transportes escolares 2018/2019. Como estamos a falar da repartição de encargo orçamental em mais do que um ano económico, aquilo que se está a pedir é a autorização para atribuição de uma verba de 174 737,26€, de setembro a dezembro de 2018 e uma verba de 263 892,45€ de janeiro a junho de 2019.”=====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos a que se refere a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto dezasseis: Prestação de Serviços de Impressão/Cópias e Assistência Técnica de Fotocopiadores/Multifunções – Procº 61/2018 – Repartição de encargos orçamentais - Autorização;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A RQI n.º 1103/18 e Informação Interna de fundamentação com a referência I/24770/2018, onde é identificada a necessidade de proceder-se à aquisição/contratação da prestação de serviços de impressão/cópias e assistência técnica a equipamentos fotocopiadores e multifunções dos serviços municipais, jardins-de-infância e escolas (dos 2.º, 3.º ciclos e secundárias), pelo período de 36 meses; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de **368.679,78 EUR** (trezentos e sessenta e oito mil, seiscentos e setenta e nove euros e setenta e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, determinado com base na estimativa mensal de cópias e preços unitários indicados pelo serviço requisitante, e tendo por referência os atuais valores do contrato,

consulta ao atual prestador do serviço e percepção dos atuais valores de mercado; - Que se prevê que a verba seja distribuída do seguinte modo:

Serviços	ANO			
	2018 (€)	2019 (€)	2020 (€)	2021 (€)
Cópias/Impressão Preto	27.586,33	66.207,18	66.207,18	38.620,86
Cópias/Impressão Cores	23.619,20	56.686,08	56.686,08	33.066,88
Valores Globais (S/ IVA)	51.205,53	122.893,26	122.893,26	71.687,74

- Que, para efeitos do n.º 1, do artigo 61.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018), os serviços a prestar mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2017, não sendo, no entanto tidos como referência os preços unitários então praticados uma vez que o serviço pretendido obrigará ao incremento de equipamentos afetos. - O valor encontra-se cabimentado na rubrica 02020301, pela Proposta de Cabimento n.º 957 - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58 EUR (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Assim, por tratar-se de um compromisso plurianual, **propõe-se** que Órgão Executivo: **1.** Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; **2.** Submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.”

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
 ===== “Temos aqui uma verba de 368 679,78€ que corresponde a um contrato de prestação de serviços para equipamentos de cópia e digitalização que temos no Município.” ==
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar o compromisso plurianual e repartição de encargos a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete: Prestação de Serviços de Fornecimento de Refeições e Fornecimento de Fruta para Alunos do 1º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho (Procº 59/2018) – Assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para fornecimento de refeições e fruta para alunos do 1º ciclo e jardins de Infância do concelho, para os anos letivos 2018/2019 e 2019/2020”, nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 1775 (I/37990/2018); - Que, conforme do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, compete às câmaras municipais “deliberar sobre a criação, manutenção e administração de refeitórios escolares (...)” destinados às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do então denominado ensino primário e do ciclo preparatório. Mais recentemente, o Ministério da Educação tem promovido a generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do primeiro ciclo do ensino básico, iniciativa a que o Município tem vindo a aderir em prol da população escolar que se encontra a frequentar aquele grau de ensino. Finalmente, há que ter em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, e posteriores alterações, o qual tem por objeto a transferência de atribuições e competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. São nomeadamente transferidas para os municípios atribuições ao nível do fornecimento de refeições escolares. Ainda a este respeito deverá ser tido em conta o disposto no Contrato n.º559/2015 – 28 de julho de 2015 (contrato interadministrativo de delegação de competências, vulgo Programa Aproximar Educação – PAE), nomeadamente na sua cláusula 32ª, no Anexo II – Matriz de responsabilidades – Ação Social Escolar e no Anexo V – transferência de verbas ASE. Assim, com este procedimento, pretende-se contratar serviços de fornecimento de refeições, convenientemente confeccionadas e distribuídas, em concordância com o Regulamento da Higiene dos Géneros Alimentícios, nos termos do Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 223/2008, de 18 de novembro e o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 com as respetivas alterações e demais legislação em vigor, a entregar nos refeitórios escolares, de modo a assegurar uma alimentação completa, equilibrada e adequada às necessidades da população escolar do pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico, segundo princípios preconizados nas normas de alimentação definidas pelo Ministério da Educação e na observância das normas gerais de higiene alimentar a que estão sujeitos os géneros alimentícios. - Que, o fornecimento de fruta enquadra-se na Estratégia Nacional do Regime de Fruta Escolar, e propõe-se contribuir para a promoção de hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e

económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Decorre do previsto na Portaria n.º 1242/2009, de 12 de outubro (alterada pela Portaria n.º 206/2012, de 5 de julho e pela Portaria n.º 375/2015, de 20 de outubro e Portaria n.º 113/2018, de 30 de abril), que regulamenta a aplicação das medidas previstas no Regulamento (CE) n.º 1234/2007, do Conselho, de 22 de outubro, e no Regulamento (CE) n.º 288/2009, da Comissão, de 7 de abril, e respetivas alterações. - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 801.265,43 (oitocentos e um mil, duzentos e sessenta e cinco euros e quarenta e três cêntimos), que corresponde ao: a) valor de EUR 50.086,40 (cinquenta mil e oitenta e seis euros e quarenta cêntimos) para a componente fornecimento de fruta (357.760 – trezentas e cinquenta e sete mil, setecentas e sessenta peças de fruta ao preço unitário de 0,14€); b) valor de EUR 751.179,03 (setecentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e nove euros e três cêntimos) para a componente serviços de fornecimento de refeições (511.354 – quinhentas e onze mil, trezentas e cinquenta e quatro refeições ao preço unitário de 1,47€). Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor. - Que se prevê a distribuição do referido montante global do seguinte modo: a) **Ano letivo 2018/2019** - setembro a dezembro de **2018**: EUR 150.281,90 (cento e cinquenta mil, duzentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos) e para o janeiro a julho de **2019**: EUR 250.350,82 (duzentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta euros e oitenta e dois cêntimos); b) **Ano letivo 2019/2020** - setembro a dezembro de **2019**: EUR 150.281,90 (cento e cinquenta mil, duzentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos) e para o janeiro a julho de **2020**: EUR 250.350,82 (duzentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta euros e oitenta e dois cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - Que, nos termos da alínea b), n.º 1, do artigo 61.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (LOE 2018), verifica-se que os serviços a prestar (componente de serviços de refeições) mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2017, sendo ultrapassados os preços unitários então praticados, pelos motivos expostos na informação Interna do Serviço Requisitante n.º I/38009/2018. - O valor referente ao ano 2018 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 964, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1637 e 1638; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Deste modo, propõe-se que Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: I. o **compromisso plurianual**, de

acordo com os valores indicados supra, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações; II. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Mais uma vez, um assunto semelhante aos anteriores; Prestação de serviços de fornecimento de refeições/fruta para o Pré-escolar e Primeiro Ciclo, que se prevê a distribuição do referido montante global do seguinte modo: de setembro a dezembro de 2018: 150 281,90€ e para o janeiro a julho de 2019: 250 350,82€; de setembro a dezembro de 2019: 150 281,90€ e para o janeiro a julho de 2020: 250 350,82€.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar o compromisso plurianual e repartição de encargos a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito: ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais – Autorização de Adesão e assunção de compromissos plurianuais;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerandos:1) Resulta do art.º 235.º, n.º 1 da CRP que a organização democrática do Estado português compreende, também, a existência de municípios; 2) Tais municípios, de acordo com o mesmo art.º 253.º da CRP, podem constituir associações para a administração de interesses comuns; 3) Mais especificamente, podem os municípios constituir, alternativamente, associações de fins específicos, nos termos dos arts. 108.º a 110.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consagra o regime jurídico das autarquias locais, as quais constituem pessoas coletivas de direito público, ou puras associações de direito privado, nos termos consagrados na Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que consagra o regime jurídico das associações representativas de municípios e das freguesias; 4) Concretamente em relação às associações de direito privado de municípios disciplinadas pela referida Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, decorre do estatuído no seu art.º 1.º que é passível aos municípios associarem-se para efeitos da sua representação institucional junto dos órgãos de soberania e da administração central; 5) Determina ainda o art.º 2.º da mesma Lei n.º 54/98, de 18 de agosto, que tais associações podem constituir-se como pessoas coletivas de direito privado, nos termos da lei civil; 6) A ANAM, enquanto associação de direito privado que é, rege-se, entre o mais, portanto, pelo estipulado nos art.ºs 157.º e seguintes do Código Civil; 7) De acordo com o art.º 2.º, n.º 1 dos seus estatutos, constitui objeto da ANAM a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios (de onde aqui também resulta, a contrario sensu, que não nos deparamos com um exemplo de associação de municípios de fins específicos prevista no art.º 108.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); 8) A valorização que se pretende, com efeito, é algo mais

profundo e complexo, que passa por revisitar o espírito democratizante da Constituinte de 1975-1976, e daí alicerçar uma maior salvaguarda do papel da assembleia municipal, enquanto verdadeira “casa da democracia” no âmbito local; 9) “Casa da democracia” essa que tutela um poder partilhado, interdependente e sucessivamente fiscalizado, reflexo de comunidades maduras e civicamente engajadas; 10) A adesão a uma associação de direito privado de municípios que tem em vista a representação institucional dos seus associados – e aqui especificamente a adesão à ANAM – encontra-se dependente do acordo prévio do município; 11) A deliberação da adesão a uma associação deste cariz constitui “(...) uma competência tipicamente reservada à assembleia municipal (...)” – cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição; 12) Todavia, uma vez que o que se pretende é representar institucionalmente o município a deliberação de adesão deste deve, na senda da boa jurisprudência das cautelas, ser uma deliberação de valor reforçado, o qual será obtido mediante a pronúncia dos dois órgãos que compõe a pessoa coletiva município – o órgão executivo e o órgão deliberativo; 13) Para tanto, dever-se-á observar uma tramitação inspirada naquela necessária para se proceder à adesão a uma associação de municípios de fins específicos, por ser esta aquela que especificamente exige a pronúncia favorável dos dois órgãos; 14) Que na sessão ordinária de 28.04.2018, foi pela Assembleia Municipal deliberado recomendar à Câmara Municipal, a participação/adesão do município à ANAM, para que então, o executivo proponha à assembleia municipal que esta delibere definitivamente a adesão à ANAM; 15) O ofício e documentos enviados pela Associação Nacional de Assembleias Municipais, incluindo estatutos, escritura de constituição, valor das quotas aprovadas, em anexo; Os encargos resultantes da adesão estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 906/2018, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações. Propõe: Que a Câmara Municipal: delibere a participação do Município de Oliveira de Azeméis na ANAM, com uma quota anual de € 1.750,00 (valor aplicável aos municípios com mais de 40.000 eleitores/as, conforme deliberação do Conselho Geral da ANAM); Designe como representante do Município na ANAM, atendendo aos estatutos ora em vigor desta associação de direito privado, a Presidente da Assembleia Municipal - Dr.ª Helena Maria Dinis dos Santos, e na sua ausência ou impedimento um Secretário.” =====
===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====
===== “Isto é uma proposta que vos estamos a apresentar no sentido de através de uma quota anual de 1 750,00€, aderirmos a esta entidade que representa as Assembleias Municipais do país. Propõe-se ainda que a nossa representante seja a Senhora Presidente – Dra. Helena Santos.” =====
===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====
===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adesão e assunção de compromissos plurianuais de acordo com a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove:** *Designação de representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES EDVII (Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte);* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: -O disposto na alínea b) do n.º1 do art.º 31º do DL n.º 28/2008, de 22 de fevereiro (e posteriores. Alterações); - Que o Conselho da Comunidade é composto por um representante de cada município abrangido pelo ACES, designado pelas respetivas Assembleias Municipais; Propõe: A designação de um representante deste Município a integrar o Conselho da Comunidade do ACES.”* =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, foi dito: =====*
 ===== *“Foi-me apresentada uma proposta elaborada pelos Grupos Municipais, a qual passo a ler: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia articularam entre si uma proposta conjunta para a designação de um representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES EDVII (Agrupamento de Centro de Saúde de Entre o Douro e Vouga II – Aveiro Norte), como previsto no ponto dezanove da Ordem de Trabalhos. Os Grupos Municipais indicam, conjuntamente, Helena Maria Dinis Santos.””* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*
 ===== *A Assembleia Municipal designou como sua representante, para o Conselho da Comunidade do ACES EDVII - Helena Maria Dinis Santos. =====*

===== **Ponto vinte:** *Designação de cinco cidadãos/ãs do Município de Oliveira de Azeméis para o Conselho Municipal de Segurança;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que a Assembleia Municipal em Sessão de 28.04.2018 aprovou o início do procedimento de alteração do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança; - Que pelo art.º 4º n.º1 alínea j) integram o Conselho Municipal de Segurança cinco cidadãos/ãs de reconhecida idoneidade, designadas pela Assembleia Municipal; Propõe: Que se realize votação para este fim.”* =====

===== *Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, foi dito: =====*
 ===== *“Foi-me feita chegar uma proposta, também, elaborada pelos Grupos Municipais e passo a citar: “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia articularam, entre si uma proposta conjunta para a designação, pela Assembleia Municipal, de cinco cidadãos/ãs do Município de Oliveira de Azeméis para o Conselho Municipal de Segurança, como previsto no ponto vinte da Ordem de Trabalhos. Os Grupos Municipais indicam, conjuntamente, António Rodrigues Reis, Carlos Lopes de Almeida, Jorge Melo Pereira, Nuno Araújo e Sérgio Alexandre Neves Correia.””* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*
 ===== *A Assembleia Municipal designou como representantes do Município, para o Conselho Municipal de Segurança: António Rodrigues Reis, Carlos Lopes de Almeida, Jorge Melo Pereira, Nuno Araújo e Sérgio Alexandre Neves Correia. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um: Proposta – Assembleia Municipal Jovem de Oliveira de Azeméis;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Proposta a iniciar no ano letivo de 2018-2019 o Projeto “Assembleia Municipal Jovem de OAZ”. De acordo com o n.º 2 do art.º 70º da Constituição da República Portuguesa, A “política da juventude deverá ter como objetivos prioritários o desenvolvimento da personalidade dos jovens, a criação de condições para a sua efetiva integração na vida ativa, o gosto pela criação livre e o sentido de serviço a comunidade. O Projeto “Políticos de Palmo e Meio de OAZ” decorreu durante 13 anos, com grande entusiasmo, quer por parte dos professores, quer dos alunos, das várias escolas do ensino básico, aderentes. Esta AM entende, no entanto que seria muito importante alargar esta participação a outras idades. A proposta deste projeto pretende ter como população-alvo os alunos do 4º, 8º e 11º anos de todos os agrupamentos de escolas públicas e privadas do Concelho de Oliveira de Azeméis. As inscrições das escolas e turmas proponentes para o projeto devem ser feitas para o gabinete de educação da Câmara Municipal até ao final de julho. Ao longo deste ano irão sendo solicitados contributos dos vários membros da comunidade educativa, individuais e coletivos, institucionais e informais de modo a enriquecê-lo, torná-lo o mais participativo de modo voluntário e de modo a que os principais dinamizadores sejam os próprios jovens. Os objetivos principais são: - Desenvolver e motivar nos jovens competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável. – Sensibilizar para as questões do poder local, designadamente no âmbito da organização e funcionamento dos respetivos órgãos, especialmente o Legislativo, e a importância da participação popular. – Incentivar nos jovens o interesse pela participação cívica na definição das políticas municipais, realçando a importância do seu contributo para a resolução de problemas de âmbito local, que afetam o seu presente e futuro, individual e coletivo, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais. – Contribuir para o desenvolvimento de competências ao nível da argumentação e da explanação de ideias, inculcando valores tais como a tolerância, respeito pela liberdade de expressão e compreendendo simultaneamente o significado do exercício da democracia. Os procedimentos e os tempos de execução do projeto poderão ser em tudo idênticos aos do projeto anterior, assim: - Dezembro – eleição dos “deputados” (em nº de 3 por cada turma) das turmas que irão participar na assembleia; - Janeiro – reunião dos “deputados” de cada ciclo de ensino (4º, 8º e 11º anos) de cada agrupamento para eleição dos elementos que hão de compor a mesa, presidente e 2 secretários, mais 3 suplentes; – Fevereiro e Março – cada turma, visita a sua freguesia, conversa com a população a pesquisa de necessidades. Pode convidar também um deputado da AM de OAZ a participar na pesquisa; - Abril – preparação da AMJ. Reunião dos “deputados” e professores responsáveis para preparar as perguntas e propostas a colocar ao executivo da CM de OAZ; - Maio – realização da AMJ no início ou meados de maio; - Junho – é dado a conhecer à AM de OAZ os resultados dos debates da AMJ; - Setembro – sessões nas*

escolas com alunos e deputados municipais. Este ano a apresentação do projeto poderá ser feito pelos deputados municipais, das diferentes bancadas, podendo também incluir alguns autarcas, nomeadamente das freguesias, que é muitas vezes uma realidade que passa à margem dos jovens. Nos anos seguintes, esta sessão poderá contar com jovens que participaram na AMJ acompanhados, no sentido de conjuntamente e não de desnivelamento hierárquico, por um elemento dos diversos órgãos do poder local, que apresentarão de uma maneira sucinta os resultados da AMJ de maio anterior, contando sempre com apoio dos deputados municipais. (Esta “Cerimónia” servirá de pontapé de saída do projeto em cada ano.)” =====

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Senhora Secretária, Isabel Barbosa**, para prestar esclarecimentos. =====*

===== “Muito bom dia. Permita-me Senhora Presidente que cumprimente todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, Amaro Simões. “Assembleia Municipal Jovem de Oliveira de Azeméis.” Porquê e para quê? Porquê? Eu diria porque vivemos em Democracia e porque a Democracia também se aprende. Porque todos afinal somos e devemos ser políticos, uns ocupando cargos mais institucionais e outros exercendo a sua atividade de políticos apenas como cidadãos comuns e este “cidadãos comuns”, não tem nada de pejorativo, bem pelo contrário, eu diria que é pela participação do chamado cidadão comum que se mede o grau de desenvolvimento social e político de uma sociedade, de uma comunidade. Dizia eu, que a Democracia, os procedimentos democráticos, a participação cívica, o exercício da política também se aprende e a melhor maneira de se fazerem essas aprendizagens é, neste caso, como em todos os outros que tem a ver com educação, com a prática. Para quê? Para termos, no futuro, uma sociedade melhor, uma população mais esclarecida, mais interveniente, mais exigente e também mais responsável. Para que no futuro os cidadãos oliveirenses sejam ao mesmo tempo mais zelosos dos seus direitos e dos seus deveres. Para que tenhamos uma população mais saudável, mais dinâmica. E é com este projeto que os nossos jovens vão aprender a participar, vão aprender a democracia? A resposta é: também. A vida democrática tem várias vertentes. Diria que as aprendizagens de participação cívica começam na família, mas logo depois, cedo, cada vez mais cedo, a escola assume um papel importante. Um dos primeiros atos políticos é ouvir, ouvir o outro, e logo depois pensar, refletir, concordar ou discordar, apresentar propostas, aprovar, rejeitar, executar, analisar, avaliar, reformular - a escola ensina isso tudo. A escola é um local de aprendizagens e diria que muitas outras situações nas escolas, se constituem como ocasiões de aprendizagem de práticas democráticas e políticas. Os debates, as eleições dos delegados de turma, a participação em tomadas de decisão sobre a vida escolar, as eleições para as associações de estudantes, as reuniões de alunos, prática que deveria ser incrementada, a participação em projetos como o parlamento jovem. É portanto a escola, o local ideal para a implementação deste projeto, para o qual contamos com o contributo de todos. Para além de fomentar a prática democrática, a participação cívica, o que se pretende com este projeto de uma Assembleia Municipal Jovem? Aproximar os jovens da sua terra, Oliveira de Azeméis,

reforçando o seu espírito de pertença através da capacidade que lhes vai ser dada mas que eles também terão de conquistar, de fazer com que as suas ideias sejam ouvidas, consideradas, eventualmente executadas. Esta proposta é para ser implementada já no próximo ano letivo, mas não é, nem poderia ser, uma proposta fechada. Com o contributo de todos irá sendo aperfeiçoada. Obrigada.”

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Rodrigues, João Costa e Florbela Silva. =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado Bruno Rodrigues, do PSD.** =====

=====
 ===== “Boa tarde mais uma vez. Vou tentar ser breve, mas não podia deixar de congratular a criação deste projeto. Os jovens estão desencantados com a política e afastam-se cada vez mais dos partidos políticos. Nos momentos eleitorais as maiores taxas de abstenção acontecem nas camadas mais jovens, no entanto e muitas vezes sem terem essa perceção os jovens fazem política a toda a hora, nas escolas e nas redes sociais. Os jovens movem-se por causas e têm sempre opinião sobre os temas mais simples. Um projeto destes, é o ponto de partida para aproximar os jovens da política sem que estes tenham a aversão e o bloqueio de o fazer. O projeto “Políticos de Palmo e Meio” é um bom exemplo disso. A candidatura do Partido Social Democrata à Assembleia Municipal nas últimas eleições autárquicas teve como uma das suas principais propostas a aproximação deste Órgão à juventude, portanto concordamos em absoluto com este projeto.”

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Deputado João Costa, do PS.** =====

=====
 ===== “Muito obrigado Senhora Presidente. Relativamente à proposta que estamos aqui a aprovar – Assembleia Municipal Jovem, o Grupo Municipal do Partido Socialista congratula esta Assembleia por ter esta iniciativa de dar voz aos mais jovens. Para termos noção, os jovens com menos de trinta anos representam cerca de 30% da população global. Existem muito poucos jovens com assento na Assembleia da República. A abstenção é elevadíssima. Julgo que este projeto vem estimular e muito a participação dos jovens. Desde já agradeço à Assembleia porque considero que vamos ter a próxima geração, como a geração mais bem preparada, de autarcas locais. Esta transição da comunidade estudantil para a sociedade civil é fundamental. Para além disso, o Partido Socialista não se exclui nunca de melhorar um bom documento e assim gostaríamos de propor algumas alterações, nomeadamente a introdução do 6º ano de escolaridade de modo a que todos os ciclos estejam representados. Outra alteração tem a ver com a introdução de mais uma sessão nesta AMJ – uma sessão que se iria realizar em finais de janeiro, início de fevereiro de modo a que seja comunicado na AMJ de fevereiro as deliberações tomadas. Por último, uma alteração que julgo muito relevante – a introdução de um orçamento a esta AMJ. Algo que trará alguma dignidade, algo que proporcionará a realização de apresentações feitas pelos jovens. De forma simbólica é importante termos este orçamento, que irá introduzir dinâmicas a estas sessões da AMJ, nomeadamente uma primeira sessão para

apresentarem projetos e depois teremos um projeto vencedor, ou uma associação de projetos vencedores. Esta segunda sessão seria uma prestação de contas. Muito obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes – Florbela Silva**. =====

===== “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, muito obrigada por me ter dado a palavra. Já agora, neste contexto e porque sou educadora de infância, e porque na minha instituição já se fez uma Assembleia para crianças com idades compreendidas entre os três anos e os seis anos, porque não incluir o Pré-escolar? Porque não incluir o Pré-escolar a nível concelhio? Não só público, mas também as IPSS’s? Teria todo o gosto em poder participar na formulação do regulamento para esta temática, acho que se devia convidar todas as IPSS’s, porque há muito desfasamento entre o público e o privado. Este tipo de projetos deve começar logo pela base que é a primeira infância. Muito obrigada.” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== “Não tenho nada a acrescentar, apenas que me sinto muito orgulhoso, naturalmente, por ser presidente de um município onde os Senhores Deputados da Assembleia Municipal têm a capacidade de apresentar uma proposta com este alcance. Todos estes contributos são determinantes para que nós consigamos atrair os mais jovens à discussão sobre estes problemas que aqui discutimos e que no fundo os afetam. Dizer-vos que me sinto muito grato e honrado pelo facto de vocês terem, sem qualquer problema, desafiado os jovens no sentido de eles virem ter connosco, e nos colocarem as suas questões e proporem as suas soluções. Muitos parabéns.” =====

===== Pela **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== “Senhor Presidente quero agradecer-lhe as suas palavras. Agradecer as palavras e os contributos de todos os Deputados. Em relação a esta proposta, também tenho uma opinião para dar: O importante não será a votação das alterações propostas. Penso que o importante é que este projeto avance, e posteriormente vou estudar as alterações propostas. Penso que vou considerar a inclusão do 6º ano de escolaridade para uma maior abrangência de ciclos. Obrigada.” =====

===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e dois: Minuta de Contrato Interadministrativo de Cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O teor do ofício da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, pelo qual solicita apoio para as obras de construção da Capela Mortuária de Palmaz, E/16115/2018 -Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e

de economia, - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; -O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DLn.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111 B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng. Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 e k) do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e pelos fundamentos e demais disposições legais invocadas; Propõe: - A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo de Cooperação Financeira a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível número 1175/2018, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.”

=====
 ===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== “Trata-se de cooperação financeira com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, para obras na Capela Mortuária de Palmaz.” =====

=====
 ===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====
 ===== A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
 ===== **Ponto vinte e três: Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Fajões – Aprovação;** =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de reformular o atendimento descentralizado numa perspetiva de eficácia e eficiência dos serviços do Município; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (no n.º 2 do artigo 7.º e no n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que as autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que a Junta de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O Estado, as autarquias locais e as entidades intermunicipais articulam entre si, nos termos do art.º 4.º a prossecução das respetivas atribuições, podendo, para o efeito, recorrer à delegação de competências nos termos do art.º 116.º e ss da Lei 73/2013 de 12 De setembro e posteriores alterações; - A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e a racionalização dos recursos disponíveis (art.º 118.º da Lei 73/2013 de 12 De setembro e posteriores alterações); - A competência atribuída à Câmara Municipal no

que respeita às suas relações com outros órgãos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - O Programa nacional global e integrado de modernização, simplificação e desburocratização administrativa DL n.º 135/99, de 22.04 e respetivas alterações e Simplex +; - A possibilidade de delegação de competências por via de contratos interadministrativos, totalmente livres quanto à sua negociação e concretização; - O disposto no art.º 124 e seguintes do Anexo I, à citada Lei n.º75/2013; - Que os órgãos e serviços da Administração Pública colaboram entre si e prestam auxílio mútuo na prestação de serviços de atendimento ao cidadão; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; A regras contidas nos art.ºs 336º, 337º e 338º do Código dos Contratos Públicos, designadamente no: “N.º1 - As disposições da parte iii do Código dos Contratos Públicos não são diretamente aplicáveis aos contraentes públicos que contratam entre si num plano de igualdade jurídica, segundo uma ótica de harmonização do desempenho das respetivas atribuições; N.º 2 - O disposto no número anterior não impede a aplicação, com as adaptações necessárias, do regime substantivo dos contratos administrativos aos contratos celebrados entre contraentes públicos pelos quais um deles se submeta ao exercício de poderes de autoridade pelo outro”; Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1, 2 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; A designação do trabalhador José Augusto Santos Correia como Gestor do Contrato; Propõe: - A aprovação da minuta do Contrato interadministrativo de Cooperação a celebrar com a Freguesia de Fajões (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).” =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== “Trata-se de uma experiência piloto no ramo que vamos iniciar com a freguesia de Fajões, e vamos procurar estendê-la a outras regiões do concelho se necessário for. Foi escolhida a freguesia de Fajões, unicamente porque é a freguesia em que registamos o maior número de atendimentos.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o ponto vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a que se refere a proposta apresentada. =====

===== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de inscrição do Senhor(a) Manuel Ferreira, Teresa Xará, Eduardo Costa e Bruno Aragão. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Ferreira**. =====

=====
 ===== “Boa tarde a todos. Serei breve dado o adiantado da hora. Dizer o seguinte: está a ser prestada a devida homenagem à Grande Guerra, com elementos decorativos nos Paços do Concelho integrado no Festival Francisca, a decorrer até 31 de julho. No seguimento desta homenagem que tem estado a ser prestada a Bento Carqueja e bem, agradecer todo o apoio logístico prestado pelo Município. No Pinheiro da Bemposta, a 24 de julho de 2018 com o apoio da Senhora Presidente de União de Freguesias, Susana Mortágua, vai ser comemorado o reinado de D. Manuel II (último rei de Portugal). Assim deixo aqui o convite para visitarem o Pinheiro da Bemposta. Não podia deixar de referir também, todo o apoio que tenho tido do Hospital Ortopédico e do qual muitos Oliveirenses vieram a beneficiar. Obrigado.” =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à **Senhora Teresa Xará.** =====

=====
 ===== “Boa tarde. Eu gostaria de perguntar quais são os critérios para atribuir subsídios ou apoios desportivos, pois temos dois atletas no nosso concelho que estão neste momento a participar do mundial de kickboxing e muay thai. Eles gostariam de saber como se processa. Obrigada.” =====

=====
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao **Senhor Eduardo Costa.** =====

=====
 ===== “Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Presidentes de Junta/União de Freguesias, Senhores Deputados eleitos, Senhor Amaro Simões, nosso anfitrião. O tema que vos trago aqui é de interesse público. Antes de mais quero agradecer à Senhora Presidente pela abertura e incentivo que deu à transmissão pública das sessões e tornou possível a muitos Oliveirenses ver uma Assembleia Municipal. Um ato de crescimento democrático que muito elogiamos. Queria chamar a atenção para uma realidade que é desconhecida de todos, que são os alvarás de radiodifusão no concelho de Oliveira de Azeméis. Oliveira de Azeméis tem dois alvarás de radiodifusão, que podem ser retirados a qualquer momento pois o Estado tem esse direito. Somos permanentemente vistoriados pela ANACOM com exigências e taxas enormes. Nos cerca de 500 alvarás existentes no País, só cerca de 100 estão a cumprir a sua missão. Nós temos uma rádio, a Azeméis FM, que se dedica por excelência ao território de Oliveira de Azeméis, que tenta estar sempre presente, divulgar o que de melhor temos no concelho e promover o confronto de ideias de uma forma saudável, de uma forma rigorosa e apaixonada pelo jornalismo. Somos uma pequena equipa, mas muito dedicada e com excelentes profissionais que se entregam com muito zelo e amor, para cumprir o serviço público. Devido à crise que aconteceu na Câmara Municipal, todos os apoios à radiodifusão foram cortados. Nós compreendemos. Tenho a dizer-vos como Presidente da Associação Nacional de Imprensa Regional, que me sinto frustrado com a diminuição drástica de jornais regionais. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, dizia há dias que não podemos deixar morrer mais jornais, nem podemos deixar morrer mais rádios. Não podemos perder informação isenta e rigorosa. Pedia ao Executivo, à Assembleia e ao Povo que se una pelos jornais e rádios locais. Obrigado.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores, disse:

===== “Em relação à intervenção do Senhor **Manuel Ferreira**: agradecer-lhe tudo o que tem feito para rememorarmos a I Guerra Mundial e agradecer-lhe também o monumento que construiu de forma extraordinária e que está no Largo da República (em frente à Câmara Municipal). Ao fim ao cabo, é uma recriação da Batalha de La Lys, e também o conjunto de mensagens de grande simbolismo que acabam por invocar, e concordo em absoluto que não temos dado o devido ênfase a esta figura importantíssima da nossa sociedade. Mais uma vez agradecer-lhe todo este trabalho e se puder estarei no dia 24 de julho na freguesia do Pinheiro da Bemposta. Em relação à intervenção da Senhora **Teresa Xará**: Dizer-lhe que existe no regulamento apoios destinados a atletas individuais. Esse apoio resultará das candidaturas que fizerem no início da época e que apoiará os atletas em eventos nacionais e internacionais. Esses apoios têm a ver com deslocação, alojamento e alimentação em função do número de dias que tenha a duração do evento mas sempre com um pé no travão financeiro, para não se atingirem proporções impossíveis de suportar pelo orçamento municipal. Em relação à intervenção do Senhor **Eduardo Costa**: é evidente que a autarquia não precisa de ser sensibilizada pela Assembleia Municipal para a importância da imprensa local e regional. O problema, não tem a ver com isso, mas sim com o facto de que neste momento nós não temos condições financeiras para fazer esse tipo de apoio. E não é só a comunicação social que tem sentido os constrangimentos que são impostos pela própria autarquia... as próprias associações, escolas, as juntas de freguesia sentem esses constrangimentos. É evidente que espero que possamos evoluir nestas dificuldades, e possamos ter a possibilidade de apoiar todos aqueles que contribuem para a afirmação da nossa identidade, da nossa realidade socioeconómica, etc. Esperamos que em função das políticas de gestão que estão a ser implementadas e seguidas permita a disponibilização de mais verbas que consigam dar este tipo de respostas e que nos vão sendo solicitadas. Dizer também, de forma bem clara, que estamos sensibilizados para a importância do papel da comunicação social local. Muito obrigado.” =====

===== Antes de terminar, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** disse: =
 ===== “Quero agradecer toda a colaboração dos funcionários da Câmara para que estas Assembleias corram de forma eficaz. Agradecer a paciência e interesse de todas as pessoas que participaram desta Assembleia. Da parte da tarde, como sabem, vamos ter uma Sessão Temática com o tema “ Ambiente como motor de desenvolvimento”. Estão todos convidados. Peço ainda a compreensão de todos, pois dado o adiantado da hora a Sessão Temática vai ter que começar um pouco mais tarde. Dou por encerrada a Sessão, muito obrigada a todos.” =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 14 horas e 12 minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.*